

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E  
PLANEJAMENTO TERRITORIAL**

**DESIGUALDADES SOCIAIS E SUA RELAÇÃO COM O  
EFEITO ESCOLA NA METRÓPOLE GOIANIENSE**

**CARLOS ROBERTO MACHADO**

**GOIÂNIA  
Setembro 2011**

**CARLOS ROBERTO MACHADO**

**DESIGUALDADES SOCIAIS E SUA RELAÇÃO COM O  
EFEITO ESCOLA NA METRÓPOLE GOIANIENSE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof<sup>o</sup> Dr. Aristides Moysés

Goiânia  
Setembro 2011

**CARLOS ROBERTO MACHADO**

## **DESIGUALDADES SOCIAIS E SUA RELAÇÃO COM O EFEITO ESCOLA NA METRÓPOLE GOIANIENSE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre.

**Aprovada por:**

---

Professor Dr. Aristides Moysés – MDPT/PUC GOIÁS  
(Presidente da banca)

---

Professora Dr<sup>a</sup> Genilda D’Arc Bernardes – UniEvangélica/Anápolis  
Avaliadora Externa

---

Professora Deusa Maria Rodrigues Boaventura – MDPT/PUC GOIÁS  
Avaliadora Interna

**M149d Machado, Carlos Roberto.**

**Desigualdades sociais e sua relação com o efeito escola na metrópole goianiense / Carlos Roberto Machado. – 2011. 90 f.**

**Bibliografia: p. 89-90.**

**Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Departamento de Economia, Goiânia, 2011.**

**“Orientador: Prof. Dr. Aristides Moysés”.**

**1. Infra-estrutura (economia) – Goiânia (GO). 2. Educação. 3. Igualdade. I. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Departamento de Economia. II. Moysés, Aristides. III. Título.**

**CDU: 316.334.54(817.3)(043.3)**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos aqueles que contribuíram para a elaboração desta dissertação, sendo a primeira pessoa meu orientador, o Professor Aristides Moyses, que teve muita paciência comigo e com minhas dificuldades. Obrigado pela constante troca de idéias que tivemos nesta jornada.

A outra pessoa foi meu amigo Marcos Reis, que contribui muito em relação às tabelas e com a metodologia do Observatório das Metrópoles, disponibilizando tempo e atenção em sua confecção.

Ainda, à minha grande amiga Alyni Cruz, que me ajudou muito no processo de correção desta dissertação.

Agradeço também aos amigos da turma de mestrado, especialmente ao colega João Candido Machado, dedicado e entusiasta nos debates e seminários realizados no MDPT, que, veio a falecer quando ministrava palestra em Goiânia. Aos funcionários Neusa Soares de Mello Carrilho, Raquel Trani e Alessandra Malta e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial.

## RESUMO

A dissertação procura entender a relação entre segregação, desigualdade social e o efeito escola na Região Metropolitana de Goiânia. As influências históricas politicamente construídas, e as ideologias que causaram o processo de segregação nas áreas onde houve um processo de desponderamento dos ativos necessários para os indivíduos, e que, caracterizam a estrutura de oportunidade e o efeito escola. Neste trabalho demonstraremos que há segregação, pois os indivíduos têm menos oportunidades educacionais e, quanto mais a cidade cresce, mais aumenta o processo de segregação urbana, separando bairros com distintas paisagens: os bairros das classes populares (trabalhadores) e os bairros ricos (elite). Devido a esse processo de segregação os trabalhadores permanecem em bairros sem muita infra-estrutura urbana (como ruas pavimentadas e arborizadas, serviços de saúde, água, esgoto e educação). A partir disso, buscamos entender como acontece na metrópole Goianiense, a questão das oportunidades educacionais, o efeito escola nas áreas segregadas. Assim, percebemos que as áreas segregadas de Goiânia vão muito além de simplesmente não existir o efeito escola, mas, também, da falta de oportunidades educacionais nas áreas segregadas.

Para entender este processo de segregação e efeito vizinhança, e oportunidades educacionais em relação as desigualdades sociais utilizamos às Áreas de Ponderação Amostral, também identificada pela sigla AEDs produzidas pelo IBGE e uso corrente pelo Observatório das Metrôpoles

**Palavras-chaves:** segregação urbana, metrópole, efeito escola, oportunidades educacionais, infra-estrutura, estrutura de oportunidade, estrutura de vulnerabilidade, efeito escola, desigualdades sociais.

## ABSTRACT

This thesis searches to understand the relationship between segregation, social inequality and the school effect in the metropolitan area of Goiânia. The historical influences politically constructed and ideologies that have caused the segregation process in areas where there has been a slight process of the required assets to individuals and characterize the structure of opportunity and the school effect. In this study we demonstrate that there is segregation, because some individuals have fewer educational opportunities, and the more the city grows, the more increases the process of urban segregation, separating neighborhoods with distinct panoramas: the neighborhoods of the popular classes (workers) and the suburbs (elite). Due to this segregation process workers remain in urban neighborhoods without much infrastructure (such as paved streets and wooded, health services, water, sanitation and education). From this, we seek to understand how this happens in the Goianiense metropolis, the issue of educational opportunities, and the school effect in segregated areas. Thus, we find that the segregated areas of Goiânia go farther beyond simply there is no school effect, but also the lack of educational opportunities in segregated areas.

To understand this process of segregation and neighborhood effects, and educational opportunities regarding social inequalities using the areas of Sample Weighting, also identified by the acronym AEDs produced by IBGE and current usage by the Observatory of the metropolises

**Keywords:** urban segregation, metropolis, school effect, educational opportunities, opportunity structure, structure of vulnerability, effect, school social inequalities.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE TABELAS E QUADROS</b> .....	ix
<b>LISTA DE SIGLAS</b> .....	x
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>CAPÍTULO 1 – ANÁLISE HISTÓRICA DA SEGREGAÇÃO</b> .....	18
1.1 SEGREGAÇÃO .....	18
1.2 DESIGUALDADES SOCIAIS .....	28
1.3 INFLUÊNCIA DA SEGREGAÇÃO NA OPORTUNIDADE EDUCACIONAL .	41
<b>CAPÍTULO 2 – AEDS OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES</b> .....	50
2.1 ASPECTO METODOLÓGICOS DA PESQUISA .....	50
2.2 DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS .....	53
<b>CAPÍTULO 3 – SEGREGAÇÃO NA METRÓPOLE GOIANIENSE</b> .....	57
3.1 DIVISÃO SOCIOESPACIAL .....	57
3.2 SEGREGAÇÃO URBANA E POLÍTICAS PÚBLICAS .....	61
3.3 ANÁLISE DE RESULTADO .....	65
3.3.1 DESCRIÇÃO DOS DADOS .....	65
3.3.2 DESCRIÇÃO GERAL DOS HABITANTES DAS AEDS .....	66
3.3.3 PRODUTO 1 RELATORIO PRELIMINAR 2006:58	82
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	85
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	89

## LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1:	Distribuição da população das AEDs por gênero em Goiânia .....	66
Tabela 2:	Distribuição absoluta e relativa da população das AEDs segundo cor ou raça .....	67
Tabela 3:	Distribuição da população das AEDs, segundo as relações de parcerias .....	67
Tabela 4:	População das AEDs segundo sua condição de leitura e redação	68
Tabela 5:	População das AEDs segundo sua condição de trabalho remunerado na semana de 23 a 29 de julho de 2000 .....	69
Tabela 6:	Distribuição da população das AEDs segundo a faixa etária .....	69
Tabela 7:	Distribuição da população segundo o nível de instrução .....	70
Tabela 8:	População das AEDs segundo a proteção social do trabalho .....	70
Tabela 9:	População das AEDs segundo o nível de escolaridade .....	71
Tabela 10:	Distribuição da população das AEDs segundo o nível de escolaridade .....	72
Tabela 11:	Distribuição da população das AEDs, segundo o nível mais elevado de escolaridade .....	73
Tabela 12:	Distribuição da população das AEDs, segundo o nível de escolaridade que está freqüentando .....	73
Tabela 13:	Distribuição da população por AEDs, segundo o curso mais elevado que freqüentou, tendo concluído pelo menos uma série ..	74
Tabela 14:	Distribuição da população das AEDs, segundo a tipologia socioespacial .....	83

## LISTA DE SIGLAS

AED:	Área de ponderação
GESU:	Grupo de Estudos sobre Segregação Urbana
SGMAGS	Sociedade de Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais

## INTRODUÇÃO

Neste estudo pretende-se expor resumidamente as principais preocupações e os desafios no que diz respeito à interface entre segregação urbana, desigualdades sociais e suas influências nas oportunidades educacionais.

A segregação residencial - processo pelo qual a população da cidade vai se localizando em espaços de composição social cada vez mais homogênea -, levando ao crescente isolamento dos pobres urbanos. A proximidade física entre ricos e pobres evita o isolamento social e, segundo a hipótese de Kaztman (1996; 1999), surtiria efeitos positivos no sentido de produzir atitudes e comportamentos mais adequados ao modelo dominante de integração social.

A segregação residencial e as políticas sociais implantadas, sejam universais, sejam localizadas em uma determinada metrópole, assim como o processo de transferência de renda, no que diz respeito tanto à formulação, quanto à implementação das políticas públicas, não consideram a distribuição desigual dos grupos sociais no espaço urbano nem as dinâmicas espaciais.

Nesta pesquisa sobre a área metropolitana de Goiânia buscamos identificar a segregação residencial, e, consecutivamente, diagnosticamos as oportunidades educacionais e o efeito escola.

Nesta pesquisa, o objetivo principal é tentar explicar as transformações causadas nas famílias e o nível educacional dos indivíduos, levando em conta a interferência das famílias e os possíveis efeitos de vizinhança dos bairros, além das características que operam como variáveis entre os bairros e o comportamento do indivíduo nas áreas segregadas e sua consequência nas oportunidades educacionais.

A respeito da dimensão espacial, não se busca apenas descrever a presença de diferentes aspectos socioeconômicos no espaço (entre grupos, atividades, etc.), mas também levantar a existência de uma dimensão espacial na condição de vida dos indivíduos e de sua vizinhança que pode ocasionar uma falta de interação com a sociedade. Kaztman (1996, p. 61) denomina essa falta de interação de “estrutura de oportunidade” ou “estrutura de vulnerabilidade”, não tendo o indivíduo acesso aos ativos que proporcionam uma ascensão social.

O indivíduo tem um acesso desigual a bens e serviços públicos e a elementos geradores de mobilidade social (como o emprego, a educação e a saúde, etc.), estando também submetido, cada qual de maneira diferente, a agravantes de diversas naturezas. Dependendo do grau de segregação que possuem no espaço em que estão inseridos as oportunidades educacionais, conseqüentemente, se tornam mais distantes.

Do ponto de vista analítico, essas preocupações dialogam com diversas literaturas contemporâneas, tais como as obras de Ribeiro e Katzman (2008) e Moisés (2008). Esses pesquisadores ressaltam a importância da organização espacial urbana como condicionante ao acesso às oportunidades sociais.

Identificados os principais teóricos estudados para a realização desta pesquisa utiliza-se desses estudos para a apreensão de conceitos como capital

social, capital cultural, segregação residencial, estrutura de oportunidades, estrutura de vulnerabilidade, efeito vizinhança e efeito de lugar.

Importante definir, neste momento, a segregação como grau de separação ou isolamento residencial entre diferentes grupos sociais. O Estado também contribui para manter privilégios e excluir uma parte dos moradores dos benefícios da urbanização por meio da legislação sobre a construção civil e o uso do solo (ROLNIK, 1997; NÉRI, 2002).

Nesse sentido, o saneamento urbanístico congela os benefícios da urbanização em determinadas partes da cidade habitadas pelas áreas mais ricas, sendo um deles o aumento do valor dessas terras resultante dos investimentos públicos. Isso pode explicar a existência de alguns grupos sociais ou a substituição dos que ali viviam ou vivem por outros, ou, inclusive, a ação direta do Estado de deslocar populações de baixa renda para áreas afastadas e privá-las de políticas públicas de melhoria.

Assim, o presente estudo busca identificar as áreas segregadas não apenas por razões acadêmicas, mas também para municiar com informações as ações do governo no processo de desenvolvimento de políticas públicas e sociais para melhor interferir nessas áreas segregadas.

A segregação residencial, os riscos ambientais, os problemas de saúde pública, as doenças, os gastos com medicamentos e a redução da renda disponível para o consumo acentuam a pobreza, a mortalidade e a instabilidade econômica da família. Isso leva a desigualdades sociais, que muitas vezes influenciam também na situação de moradia. Esta pode estar em situação irregular, sendo caracterizada como invasão rural ou loteamento clandestino, podendo, ademais, localizar-se em áreas de risco. Maricato (1996) afirma que a irregularidade da terra ou do lote está

associada a um menor nível de acesso a serviços urbanos de diversos tipos, pois o poder público enfrenta barreiras nessas áreas.

As desigualdades educacionais ficam evidentes nos estudos realizados sobre o crescimento constante de áreas com alta concentração de pobreza, mostrando que isso traz efeitos negativos em termos de avanço educacional. Ademais, proporciona, ainda, a existência de outras variáveis, como a gravidez na adolescência, a atividade criminal e a não possibilidade de inserção no mercado de trabalho, que acabam reproduzindo a pobreza e configurando o efeito de vizinhança na produção desses bairros. Um exemplo seria a rede de relações sociais de um indivíduo ou família contribuir para seu acesso a empregos ou, ao contrário, para mais desemprego e subemprego nas áreas segregadas, reduzindo as oportunidades de obtenção de emprego e acesso à educação, etc., dos residentes nesses espaços.

Segundo Bourdieu (1997), os seres humanos ocupam lugar tanto no espaço físico, referente à localização em um sentido de exterioridade com os demais, quanto no espaço social, sendo este indicativo de uma ordem em um sentido de exclusão e distinção em relação às demais posições sociais.

Um dos meios de conseguir acesso à outras posições sociais é pela educação formal. Porém, de acordo com Kaztman (1999) e Ribeiro e Kaztman (2008), a instituição escola, mormente a rede pública, está abandonada e não possui perspectiva de políticas públicas que sejam capazes de lhe prover investimentos, recursos estruturais, instrumentais e intelectuais.

As desigualdades sociais se manifestam no efeito escola. Portanto, caso não haja investimentos na produção de qualidade social, ou seja, no indivíduo e, conseqüentemente, em sua qualidade de vida, a reprodução das desigualdades

sociais ficará ainda mais evidente. Caracteriza-se, então, o efeito escola como um dos mecanismos de reprodução do efeito de vizinhança e, também, das desigualdades sociais.

Para Bourdieu (1997), a estrutura das oportunidades objetivas de afeição social e, mais precisamente, das oportunidades de ascensão, solicitam à escola atitudes que contribuam para definir as oportunidades educacionais, de forma a proporcionar uma adesão aos seus valores e/ou a suas normas e, assim, obter êxito na realização da ascensão social.

Este trabalho está estruturado em três capítulos, sendo o primeiro deles referente ao desenvolvimento do histórico conceitual do processo de segregação com base no referencial teórico da literatura consultada: Charles Booth (1905), Robert Park e Ernest Bunge (ano), Luiz César de Queiroz Ribeiro (2000), Ruben Kaztman (1996, 1998, 1999), Pierre Bourdieu (1997).

Esses autores trabalham com a perspectiva histórico-crítica e realizam uma análise das desigualdades sociais procedentes da falta de planejamento e de políticas públicas pelo estado.

O processo da desigualdade social, caracterizado pela estrutura das famílias e seus hábitos, e a falta do acesso aos ativos necessários para conseguir ascensão social influenciam na estrutura de oportunidade e de vulnerabilidade (KATZMAN, 1999).

Ademais, teóricos e pesquisadores como Lefebvre (2001), Maricato (1996) e Rolnik (1997) serão citados neste trabalho por caracterizarem as desigualdades sociais, particularmente em suas teses de doutorado.

Ainda, no primeiro capítulo se discute a influência da segregação nas oportunidades educacionais e a idéia caracterização do “efeito escola”<sup>1</sup> como consequência da segregação das desigualdades. Ainda, se trabalha a idéia do efeito vizinhança como um processo de reprodução da segregação, a estigmatização dos espaços, a desorganização social da família e do bairro e, consecutivamente, a desestruturação, que implica na desvalorização do capital social nas relações de vizinhança.

A oportunidade educacional só poderá existir se houver intervenção de políticas públicas para modificar as áreas segregadas. Ao se criarem as condições estruturais nos bairros considerados segregados será possível chegar à escola, permanecer e lograr êxito.

No segundo capítulo são relatados os procedimentos metodológicos desenvolvidos para testar a hipótese sobre o efeito da segregação urbana na formação das desigualdades sociais e, conseqüentemente, na produção de indivíduos alheios e sem nenhuma perspectiva de mobilidade ou de ascensão social. Assim, fica evidente a influência cada vez maior da segregação na existência de oportunidades desses indivíduos de terem acesso à educação, ao emprego, à renda e à ascensão social.

Ainda neste capítulo se procura demonstrar o chamado efeito vizinhança, usando a medida tipologicamente desenvolvida para a região metropolitana de Goiânia em suas redes. Para o estudo desse conjunto de grandes cidades, incluindo Goiânia, foi realizada uma consulta aos órgãos de planejamento municipal, com a finalidade de conhecer as medições, de modo que estas representem as áreas de ponderação, ou seja, as unidades de subconjuntos homogêneos dos bairros. Desse

---

<sup>1</sup> Capacidade que a escola organizada institucionalmente tem, pelo menos em parte, de reduzir as diferenças de posição social dos alunos sobre seu desempenho escolar (BARBOSA, 2005).

modo, as áreas de ponderação expressam os conjuntos de cidades para os quais o conceito de vizinhança se aplica.

No terceiro capítulo demonstramos o processo de segregação na metrópole goianiense, como a divisão socioespacial, caracterizando historicamente esse processo, e como a deficiência na aplicabilidade de políticas públicas não foram levadas a sério em relação a estruturação do espaço territorial.

A relação da especulação imobiliária e o interesse de grupos dividiu Goiânia, e nessa divisão criou centralidade e consecutivamente espaços segregados.

Ainda no capítulo 3, tomando as AEDs como unidade de ponderação, será identificado o efeito vizinhança, usando os dados propostos pelo Observatório das Metrôpoles<sup>2</sup>, para identificar com mais precisão o efeito vizinhança.

Com vistas a identificar e caracterizar o efeito vizinhança usa-se os dados tabelados, como a idade e a faixa etária dos moradores, realizando a distribuição das áreas de Goiânia por tipologia. As variáveis relativas à escolaridade e ao efeito vizinhança caracterizam o curso mais elevado que ocasiona a relação de infraestrutura nos bairros, mostrada como uma constante em Goiânia.

---

<sup>2</sup> AED – Área de ponderação Amostral – Esta não é uma definição oficial, porém por falta de uma nomenclatura que expresse a agregação de setores censitários fez-se a opção de utilizar esse termo. O Observatório das Metrôpoles se constitui, atualmente, num grupo que funciona como um instituto virtual, agregando 159 pesquisadores (dos quais 97 pesquisadores principais) e 59 instituições universitárias (pós-graduação), tanto governamentais (fundações estaduais e prefeitura) e não-governamentais, sob a coordenação geral do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IPPUR. As instituições reunidas no Observatório das Metrôpoles vêm trabalhando sistematicamente em 11 metrôpoles e uma aglomeração urbana: Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia, Recife, Salvador, Natal, Fortaleza, Belém e Maringá aglomeração urbana. O Observatório das Metrôpoles foi incluído no Programa Institutos do Milênio [Programa Institutos do Milênio] - CNPq, em 2005, através do Projeto Observatório das Metrôpoles [Projeto do Observatório das Metrôpoles]: território, coesão social e governança democrática - Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Natal, Goiânia e Maringá. Vide site: [observatoriodasmetrosoles.net](http://observatoriodasmetrosoles.net)

Para medir o efeito vizinhança aplica-se a AED em caráter espacial, identificando as áreas segregadas e suas conseqüências no processo de desobstrução social e no processo de desenvolvimento.

Enfim, este trabalho procurou identificar o efeito vizinhança e, ao mesmo tempo, servir como referencial para estudos mais aprofundados de interesse de estudiosos, além de propor políticas públicas de melhoria de infraestrutura nas áreas segregadas.

# CAPÍTULO 1

## ANÁLISE HISTÓRICA DA SEGREGAÇÃO

### 1.1 SEGREGAÇÃO

Vários estudos estão sendo realizados sobre a Segregação Urbana. Na América Latina destaca-se o Grupo de Estudos sobre a Segregação Urbana (Gesu)<sup>3</sup>, da Universidade Católica do Uruguai e da Universidade do Texas, nos Estados Unidos, e no Brasil o Observatório das Metrôpoles.

O interesse por essa temática no âmbito da sociologia urbana está relacionado às várias formas de concentração territorial de seguimentos empobrecidos, principalmente devido ao êxodo rural, decorrente da dinamização do processo de industrialização a partir dos anos 1950, que tem como consequência uma urbanização desorganizada caracterizando, ou seja as cidades não estavam preparadas para receber tantos indivíduos vindos da área rural, tanto no que tange a habitação, saúde, educação, transporte, com todo esse contingente de indivíduos foram criados espaços diferentes em estruturas, aumentando assim as desigualdades sociais. Esse processo, aliado às transformações ocorridas nas cidades, afeta sobremaneira os seguimentos mais vulneráveis e possibilita novas formas de apartação social, identificadas nos estudos do Observatório das Metrôpoles como segregação e autossegregação residencial, crescendo cada vez a tendência ao isolamento físico, sociocultural e dos direitos cívicos inerentes ao direito à cidade.

---

<sup>3</sup> Grupo de Estudos sobre Segregação Urbana (GESU) da Universidade Católica do Uruguai, coordenado por Ruben Kaztman.

A análise social do espaço urbano considerando a organização social e a implementação de políticas públicas foi realizada por Charles Booth (1905). Ao estudar a ocupação do espaço territorial no final do século XIX, Booth (idem, p. 217) criou o conceito de linha de pobreza coletando e estudando as famílias dos bairros pobres das cidades americanas, dividindo-as em oito categorias e nomeando cada rua segundo um esquema classificatório. A análise de Booth baseou-se em métodos das ciências naturais, ao contrário do que antes era feito, sendo as informações levantadas por agentes públicos de forma subjetiva e sem propiciar a construção de um quadro amplo da situação social.

Outros estudos sobre o espaço social foram desenvolvidos, entre eles os liderados por Robert Park e Ernest Burgess,(1925) que buscaram desenvolver técnicas que mostrassem a influência do território na explicação dos problemas sociais. Para isso, desenvolveram o conceito de “áreas naturais”, as quais identificavam as comunidades que faziam parte da organização social da cidade. Essas áreas eram definidas por dois elementos: de um lado, uma unidade espacial delimitada por fronteiras naturais, onde vivia uma população socialmente homogênea, e, de outro, uma unidade espacial habitada por uma população organizada por relações simbólicas internas.

Durante a década de 1920, Robert E. Park (1864-1944) e Ernest W. Burgess (1886-1966) desenvolveram um programa distinto de pesquisa urbana no Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago. Em numerosos projetos de investigação centrados na cidade de Chicago, Park e Burgess (1925) elaboraram uma teoria da ecologia urbana, que propôs que as cidades eram ambientes como os encontrados na natureza, governados por muitas das mesmas forças da evolução darwiniana que afetaram os ecossistemas naturais. A mais importante dessas forças

foi a concorrência. Park e Burgess sugeriram que a luta por escassos recursos urbanos, especialmente pela terra, levou à competição entre grupos e, finalmente, à divisão do espaço urbano em distintos nichos ecológicos ou "áreas naturais", em que as pessoas compartilhavam as mesmas características sociais porque estavam sujeitas às mesmas pressões ecológicas.

Esse viés espacialista<sup>4</sup> (no caso, viés também naturalista) implícito nessa abordagem ecológica, encontra paralelos na economia e no planejamento urbano e regional; no qual ações centradas na produção de formas espaciais e na organização do espaço, foram tomadas como determinante dos processos sociais que deveriam se desenvolver, dando origem ao conhecido vício espacialista.

A competição por terra e recursos levou, em última análise, à diferenciação espacial do espaço urbano em zonas, com áreas mais desejáveis comandando as rendas mais elevadas. Como estas áreas tornaram-se mais prósperas, as pessoas e as empresas se mudaram para fora do centro da cidade em um processo que Park e Burgess chamaram de "sucessão", um termo emprestado da ecologia vegetal. Seu modelo, conhecido como concêntrico, é publicado pela primeira vez em *The City* (1925), tendo previsto que as cidades assumiriam a forma de cinco anéis concêntricos com áreas de deterioração social e física, concentradas perto do centro da cidade, e áreas mais prósperas, localizadas perto da borda da cidade.

A categoria de "áreas naturais" teve enorme importância nos estudos urbanos para subsidiar a intervenção pública na cidade. Até hoje se pode perceber sua

---

<sup>4</sup> Vários autores criticaram os vícios espacialistas, no planejamento regional e urbano, entre eles, Gore(1984) O problema teórico metodológico implícito na observação fenomênica e sua generalização para processos sociais , continua em debate, opondo os métodos positivistas e dialéticos. Markusen ( 1987) tratou essa questão ao argumentar que o conceito espacialista de região , não corresponde aos processos sociais que esse busca analisar os diversos interesses organizado em torno do território

influência na noção prática de unidade de vizinhança, conjuntos habitacionais, zoneamento da cidade, entre outros.

Ribeiro (2000, p. 12) faz uma análise social do espaço urbano como uma alternativa de identificação do papel dos efeitos da segmentação e da segregação urbana no processo de reprodução das desigualdades e da pobreza. Para isso, utiliza uma metodologia e técnicas relacionadas ao efeito vizinhança.

O efeito vizinhança enquadra-se na categoria geral, de modelos explicativos fundados na hipótese da relação de causalidade entre certos acontecimentos e o contexto social no qual ocorrem. Trata-se de buscar explicar determinado desfecho social em função da relação de causalidade entre o indivíduo, suas motivações, escolhas, e comportamentos e situação social, e os contextos sociais decorrentes da concentração residencial de pessoas com certas propriedades comum ou semelhantes. Por outras palavras, trata-se de captar o efeito de relações sociais desenvolvidas no âmbito do lugar de moradia, sobre desfechos ocorridos na vizinhança.

No Brasil, segundo Ribeiro (2000, p. 9), destaca-se, como pioneiro, o padre Le Bret e seus seguidores. Ainda, na análise social do território com vistas ao planejamento urbano, ressaltam-se as contribuições da Sociedade de Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais (SGMAGS), que analisou as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte em dois planos, um regional e outro intraurbano, desagregando seu espaço em unidades territoriais e coletando informações sobre as mesmas a partir de diversas técnicas, com o objetivo de identificar as anomalias sociais do processo de urbanização a partir das quais deveriam ser elaboradas as leis de uso e ocupação do solo urbano.

A análise social do território, de acordo com esse autor, é realizada por meio da aplicação de procedimentos metodológicos e técnicos que avaliam a existência de processos segregativos e de seus efeitos sobre a despossessão de determinados recursos e as capacidades que auxiliam o aumento do bem-estar social.

O termo segregação residencial, outro conceito usado por Ribeiro (2000), é uma categoria de análise que contém duas dimensões conceituais relacionadas com os princípios teóricos adaptados para explicar a organização sócio-territorial, prática, relacionada com as concepções normativas da sociedade fundada em princípios de igualdade.

A segregação residencial expressa o significado da exclusão de determinados grupos sociais do restante da sociedade. Sua utilização depende da visão teórica adotada para explicar as relações sociais e da compreensão da distinção entre diferenciação (crescente especialização de tarefas decorrente do aumento da divisão social de trabalho; é geradora de diferenças entre atributos, recursos, poder e *status*, bases materiais da formação de categorias sociais), segmentação (barreiras que impedem a mobilidade territorial e bloqueiam a livre circulação dos indivíduos entre as categorias e, devido a isso, entre as localizações espaciais) e segregação (pode ocorrer pela diferenciação – apesar de esta não ser sinônimo de segregação –, e pela competição que segrega os indivíduos em “áreas naturais”).

Para Ribeiro (2000, p. 16):

Nesse quadro de transformações, a concentração territorial dos segmentos vulneráveis transforma-se em segregação residencial, em isolamento físico, sócio-cultural e dos direitos cívicos e políticos inerentes a condição urbana. Físico na medida em que, em muitos casos, em função da morfologia urbana em que se materializa esse fenômeno, tornam-se escassos os contatos cotidianos decorrentes de uma sociabilidade inter-classista. Isto é, nas cidades em que há distância territorial entre as classes e grupos sociais a vida social se empobrece e deixa de propiciar interações e trocas sociais, próprias ao fenômeno urbano.

Observa-se que a exclusão de determinados grupos das políticas públicas aplicadas em espaços urbanos determinados, caracterizando a divisão devido à espacialização, leva ao não acontecimento, consecutivamente, da mobilidade social. Assim, alguns atributos, como escolaridade, habitação, lazer, postos de saúde, tratamentos, passam a não serem permitidos para determinados territórios, caracterizando a segregação residencial.

O termo segregação residencial apresenta sempre duas dimensões, uma conceitual e outra prática: a primeira refere-se à diferença de localização de um grupo em relação aos demais grupos de indivíduos; a segunda designa as desigualdades sociais expressas como organização do território da cidade e este reflete, por sua distribuição, as chances desiguais de acesso. Esta última é, ainda, fundamentada em duas abordagens teóricas: a primeira, de inspiração marxista, explica a segregação como decorrência das desigualdades de classes da sociedade; já a segunda, de inspiração weberiana, a explica como resultado das desigualdades ocasionadas pela distribuição desigual do prestígio, da honra social e do poder.

Assim, tem-se que a ocupação do espaço da cidade resulta dos princípios de estruturação do espaço social, sendo cada um deles representativo de uma forma hierárquica de poder: econômico, social e simbólico. As distâncias físicas são, assim, entendidas como manifestação dos poderes das classes sociais ao se apropriarem da cidade como recurso.

A segregação se manifesta ainda mais atualmente com o processo dos chamados condomínios fechados<sup>5</sup>, com muros altos e controles eletrônicos, ou seja,

---

<sup>5</sup> Os condomínios fechados, Foi um processo que iniciou-se nas cidades americanas, na década de 60 e proliferou-se em outros países. No Brasil, as primeiras experiências ocorreram em São Paulo e no Rio de Janeiro na década de 80, época em que assistimos,

as trocas desse lugar com o exterior são altamente segregadas, pois existe uma separação dos locais de trabalho em relação aos locais de moradia, de classe, de raça, de faixa etária, etc.

O estudo da Segregação Urbana busca o entendimento das causas de existência desta por meio de teorias abrangentes, que visam explicar os macro processos que geram distribuições espaciais dos grupos sociais no interior das cidades, ou seja, busca o entendimento de como o capitalismo periférico gera esse processo no espaço urbano.

O processo de segregação é evidente na configuração da maioria das grandes cidades, marcadas pela distinção entre um núcleo urbano estruturado, com amplo acesso aos benefícios gerados pelo Estado, e por outras ocupações marcadas pela precariedade das condições de vida, pela falta de serviço básico, pela falta de infra-estrutura, pelas condições habitacionais precárias. Estas áreas se constituem em um espaço de concentração, segregado do restante das cidades, onde os indivíduos são obrigados a viverem em condições bastante precárias, até mesmo espoliativas.

Segundo Moyses e Bernardes (2005, p. 196),

A polarização Social e a busca de segurança instauram nas cidades os chamados “condomínios fechados” qualificados por alguns de urbanismo pos moderno, presente em mega projetos que concentram locais de residência, trabalho e lazer, dentro de espaços segregados e protegidos com segurança particulares, voltados para atender demandas dos setores médios e altos.

Em movimento constitui uma nova forma de ocupar a cidade, marcado, por um lado pela fuga das habitações verticalizadas e por outro, pela privatização do espaço público. É claro que a preocupação com a segurança por vezes encerra um elemento que vai além do cálculo objetivo do risco. Parece evidente que essa nova maneira de habitar a cidade concedida pelo poder público, constitui uma solução menos democrática, na medida em que segrega em vez de unir, desobrigando o estado do cumprimento de deveres para com a população. Essa nova forma de morar tem proliferado na cidade de Goiânia. Principalmente em sua região Sudoeste

Esse movimento constitui uma nova forma de ocupar a cidade, marcada, por um lado, pela fuga das habitações verticalizadas e, por outro, pela privatização do espaço público. Esses complexos residenciais urbanos proliferam na cidade de Goiânia. Aumentou sensivelmente o número de processos solicitando a aprovação de novos loteamentos de condomínios horizontais fechados, concretizando um estilo novo no processo de desconcentração urbana da cidade. Moyses e Bernardes Moyses (2005) pg. 196 e 197.

Essa caracterização do processo de segregação é importante para o entendimento de como os movimentos sociais e as políticas públicas passam a ser desenvolvidas nessas áreas e como elas repercutem na vida dos indivíduos.

O estudo da segregação urbana manifesta que o bairro é uma forma de identificação e mostra essa realidade para que haja um estímulo à organização e para que a organização dessas comunidades se traduza em mais mobilização do poder do estado. Contudo, deve-se entender que a segregação pode gerar, também, efeitos de isolamento em relação à oportunidade de inserção e o mecanismo de reprodução de pobreza pode ocasionar o efeito vizinhança.

Nos vários estudos analisados foi possível perceber que as áreas segregadas podem gerar efeitos de isolamento em relação às redes sociais, criando barreiras à mobilidade social ascendente e contribuindo, no limite, para estimular mecanismos de reprodução da pobreza. Vale lembrar que o crescente processo de segregação urbana agravou-se nas últimas décadas devido ao crescimento populacional nas médias e grandes cidades, contribuindo, conseqüentemente, com o aumento da violência nas áreas sem infra-estrutura que foram se formando na periferia das grandes cidades.

Segundo Ribeiro e Kaztman (2008, p. 17),

[...] a concentração territorial dos segmentos vulneráveis transforma-se em segregação residencial, podendo desencadear mecanismo de reprodução da pobreza e das desigualdades sociais, tornando mais difícil a manutenção da sociedade como um coletivo de indivíduos integrados sob os desejáveis princípios da equidade social.

Ao refletir sobre as causas e significados desse processo percebe-se que a separação entre ricos e pobres não é só uma curiosidade sociológica, mas traz consigo importantes repercussões para as oportunidades econômicas, sociais, de saúde e educacionais dos indivíduos e famílias residentes nas áreas mais segregadas.

O aumento da segregação residencial é contraditório com o ideal igualitário e democrático presente na ideologia republicana e acaba por criar o chamado "efeito vizinhança", concentrando grupos em situação de vulnerabilidade no mesmo local.

A globalização está realizando uma ruptura com o antigo modelo de cidade que se tinha até os dias atuais. Essa hipótese esbarra no fato de que somente tem sido realizadas análises parciais e fragmentadas dessas mudanças, estudando-se

bairros isolados e tirando, daí, generalizações sobre as tendências do conjunto da cidade.

Ribeiro e Kaztman (2008) apontam ainda que, em relação às políticas públicas, há um consenso de que estas devem ser dirigidas aos que mais sofrem os impactos das transformações econômicas e, portanto, deve atacar os territórios onde ocorrem as maiores desvantagens sociais e onde os "efeitos vizinhança" impedem o acesso da população aos recursos necessários à integração social e ao bem-estar social. Para os autores, os chamados "mapas sociais da cidade" são instrumentos de orientação dessas políticas, importantes para quantificar e focalizar os beneficiários; analisar as variáveis sociodemográficas que causam os problemas sociais; permitir comparações com os problemas e os resultados das políticas públicas e, por fim, organizar uma base de dados georreferenciada. Sua elaboração e utilização têm incentivado a cooperação entre as atividades de diagnóstico e de ação, mas ainda inexistem organismos de planejamento e de monitoramento dos objetivos e efeitos territoriais das intervenções públicas.

Nesse sentido, a segregação é uma condição do processo de assimilação e integração dos grupos sociais à sociedade pelos processos de competição. A população segregada forma agrupamentos naturais entendidos como uma unidade da estrutura física da cidade, tipificados não só por sua individualidade física como também pelas atividades e sentimentos característicos dos habitantes de uma área administrativa arbitrariamente modelada para fins de convivência administrativa. Dessa forma, a segregação passa a ser pensada como tradução territorial da estrutura social.

Atualmente a literatura sobre segregação urbana, destaca três características que aumentam a segregação urbana. A primeira delas é a política neoliberal e a

“globalização”, que geram mudanças nos modelos e paradigmas regulatórios que fundamentam as políticas urbanas; a segunda se caracteriza pelas reformas institucionais de liberação do mercado de terras e moradias, que aquecem e reforçam as desigualdades de renda sociais na organização do espaço urbano; por fim, a privatização dos serviços e equipamentos que distribuem o bem-estar urbano e uma melhor qualidade de vida.

## **1.2 DESIGUALDADES SOCIAIS**

As desigualdades sociais são um tema que se destaca cada vez mais no mundo devido a sua importância dentro do contexto social de formação das sociedades no que tange a sua estrutura e organização e à ideia de sua interferência na divisão, haja vista que a estrutura da sociedade e sua organização social estão intimamente ligadas às oportunidades educacionais. Devido a essas diferenças tem-se setores da sociedade segregados.

As conclusões empíricas de Bourdieu e Passeron (1982) caracterizam as diferenças de trajetórias educacionais de jovens de diferentes setores sociais, sugerindo que o contexto familiar dota os alunos de uma socialização que acarreta atitudes e ferramentas cognitivas, que nem sempre adaptam-se às exigências explícitas ou implícitas da escola. Há uma diversidade de situações que remetem a um desajuste entre o habitus e as competências herdadas, como, por um lado, os tipos de destrezas e disposições necessárias para participar das práticas educativas e a forma como estão estruturadas; por outro, os autores buscam caracterizar a escola, que atribui títulos e reconhecimentos educativos a quem pertence a

situações culturais, sociais e econômicas privilegiadas. Desse modo, há um reforço e legitimação das desigualdades sociais de origem.

Atualmente existe uma problemática crucial dentro da análise da educação em uma perspectiva sociológica, pois remete ao que Bourdieu (1998, p. 67) caracterizou como capital cultural dos atores que compõem o sistema escolar formal no que diz respeito às diferenças nos universos culturais, ou de linguagem, enquanto fatores explicativos das desigualdades sociais.

Para o autor, o sucesso dos agentes nas relações de concorrência que marcam esses âmbitos é determinado pelos capitais que estes possuem. O capital, nesse sentido, transcende a relação comum, relacionada ao financeiro, e assume uma dimensão simbólica, na medida em que se constitui como algo reconhecido e valorizado dentro do campo. Duas situações exemplificadoras: as crianças vindas de classes ou meios sociais elevados possuem uma linguagem mais elaborada, sendo capazes de produzir uma melhor estrutura de escrita, bem como enunciados mais organizados; a classe operária traz uma bagagem mais restrita, não muito utilizada na escola, o que dificulta a sua adaptação a esta, assim como o acesso.

Os alunos provenientes de camadas mais favorecidas economicamente ou com uma estrutura familiar dotada de certos hábitos culturais próprios da classe burguesa se saem bem na escola, sendo esta vista, então, como um prolongamento da sua vida em casa, já que estão equipados com o capital cultural lingüístico necessário; já as crianças dos meios populares, embora possam ter a mesma capacidade e inteligência para utilizar a linguagem, sentem dificuldades para transpor seus hábitos, que não são valorizados na escola.

Bourdieu (1997, p. 165) propõe a noção de habitus como as estruturas sociais da subjetividade com inclinações a perceber, sentir, fazer e pensar, de certa maneira

interiorizadas e incorporadas frequentemente de forma não consciente, por cada indivíduo, em virtude das condições objetivas de sua existência e de sua trajetória social.

Segundo Bourdieu (1998, p. 113):

O habitus, isto é, o organismo do qual o grupo se apropriou e que é apropriado ao grupo, funciona como suporte material da memória coletiva: instrumento de um grupo tende a reproduzir nos sucessores o que foi adquirido pelos predecessores, ou, simplesmente, os predecessores nos sucessores. A hereditariedade social dos caracteres adquiridos, assegurada por ele, oferece ao grupo um dos meios mais eficazes para perpetuar-se enquanto grupo e transcender os limites da finitude biológica no sentido de salvaguardar sua maneira distintiva de existir.

O que se percebe é que a cultura da classe rica é aceita pelo sistema escolar como natural, está posta e pronto, e a cultura da classe trabalhadora é vista como desprezível, ruim, grosseira, ou seja, já existem mecanismos que fazem com que as crianças de origem humilde segregadas sejam excluídas das escolas nas primeiras séries, caracterizando, assim, a exclusão e a reprodução da estrutura social vigente. Desse modo, a escola serve como um instrumento do Estado para conservar as relações de dominação.

Para Kaztman (1999, p. 18), todos os recursos que um lugar possui, tangíveis ou intangíveis, cuja mobilização permite o aproveitamento das estruturas de oportunidade existentes em um momento, seja para elevar o nível de bem-estar ou para mantê-lo diante de situações que o ameacem, não estão distribuídos igualmente. De acordo com o autor, dentro da sociedade cada localidade proporcionará aos moradores determinados tipos e quantidades de ativos que poderão não ser encontrados em outros locais.

Conforme Kaztman (1999, p. 12), nos bairros antigos de trabalhadores era mantido um hábito bastante distinto dos bairros segregados: os indivíduos viam o

trabalho como algo digno, como um meio da ascensão social. Valorizavam, também, um projeto de vida, tanto em nível individual como coletivo, tinham participação positiva e se interessavam por questões que melhorariam as questões trabalhistas. Atualmente, nos bairros de trabalhadores o trabalho não está mais presente, de modo que há mais uma idéia de mudança na vida das pessoas. O projeto de vida não faz mais sentido dentro do mercado de trabalho devido à descrença que o Estado e os políticos transmitem ao mostrarem descaso na resolução dos problemas dessas almas segmentadas.

Os bairros antigos eram habitados por operários, pessoas que trabalhavam e tinham relações sociais nesse trabalho, além de possuírem um nível de escolaridade e conhecimento para alcançar um cargo melhor em uma economia desenvolvimentista. Com o desenvolvimento, todos tinham contratos de trabalho e solidez familiar. A escola pública era o caminho para a ascensão social dos filhos, pois era de qualidade. Havia, ademais, uma moradia que possibilitava os estudos em casa.

As transformações de valores – *habitus* – dentro dos antigos e novos bairros de trabalhadores urbanos dificultam a mobilidade social desses trabalhadores, estabelecendo, assim, as desigualdades.

Os ativos<sup>6</sup> necessários para a ascensão social existiam, principalmente aqueles solicitados para um projeto de vida. Atualmente, suas casas não têm condições para o desenvolvimento de estudos, sendo a composição social desses bairros altamente fragilizada como escola, altamente precária e, conseqüentemente,

---

<sup>6</sup> Kaztman (2001) define como ativos: o capital social individual, referindo-se à capacidade que uma pessoa tem de mobilizar a vontade de outras pessoas em seu benefício; o capital social coletivo, que se refere à capacidade que tem de mobilizar as vontades de muitos na direção de uma meta coletiva; o capital cívico, referente à capacidade que tem de sentir e de compartilhar problemas e destinos de outras pessoas.

as famílias não são mais compostas por trabalhadores, que tinham no trabalho e na educação a esperança de um dia ter ascensão social; não existe um clima cultural adequado nesses bairros segregados. Os exemplos que as crianças vêem nos dias atuais são pessoas que usam de qualquer meio ilícito para alcançar os seus objetivos. Não há uma coesão do aparelho do estado, tampouco segurança para inibir esses procedimentos ilegais, não existem relações sociais exemplares para que o jovem entre no mercado de trabalho ou fique na escola como propósito de vida.

Para Kaztman (1999, p. 13), toda essa relação descrita não contribui para a ascensão social dos indivíduos que moram em áreas segregadas, pois o efeito vizinhança leva à não aquisição dos ativos necessários em uma determinada fase da vida, caracterizando a dificuldade desse indivíduo para acumular outros ativos no futuro.

O indivíduo que nasce em um bairro segregado, em uma família de desempregados, carrega uma série de deficiências desde a infância, que o impossibilitam de adquirir outros ativos quando se torna mais velho. Isso ocasiona um verdadeiro círculo vicioso na formação das desigualdades sociais, ou seja, filhos de ricos continuarão sendo ricos e filhos de pobres continuarão sendo pobres ou miseráveis.

Kaztman (1999, p. 8) trabalha, nessa perspectiva, com dois conceitos básicos para caracterizar e diagnosticar sua análise. Um deles refere-se às estruturas de oportunidade, definidas como probabilidades de acesso a bens e serviços e o desempenho das atividades. Essas oportunidades afetam o bem-estar das famílias, o acesso a bons empregos, as atividades valorizadas pelo mercado, e, com isso, as mudanças nas habilidades e competências, transformando a estrutura produtiva.

As instituições, a sociedade civil e o Estado podem criar oportunidades que não facilitam a mobilização de ativos da família ao fornecer bens para reduzir a sua vulnerabilidade, melhorar os níveis de vida ou permitir-lhes o acesso às estruturas de oportunidade para aproximar os novos caminhos de mobilidade e integração.

Vulnerabilidade é o estado que melhor expressa o sentimento do ponto mais baixo da escala social, uma massa que precisa esforçar-se enormemente para ir à procura de melhores condições de vida. Essas famílias encontram dificuldades para satisfazer as suas necessidades básicas, são pobres e sem condições de alojamento decente, tampouco possuem ativos insuficientes, além de terem recursos de baixa qualidade, alta permeabilidade aos vícios sociais, precárias condições de saúde, baixa auto-estima, fatores que se combinam para reduzir ainda mais a sua expectativa de possuir uma boa qualidade de vida, entregando-as ao imediatismo das suas necessidades. Os limitados ativos dessas famílias estão organizados para darem resposta à sobrevivência diária. Embora enfrentando as pressões, há pouca margem para, objetivamente, acumular ativos que poderiam reduzir sua vulnerabilidade.

Segundo Kaztman (1999, p. 14):

É necessário discutir e mobilizar recursos para reduzir os riscos de vulnerabilidade, estando atento a estratégias de adaptação a mudança, mesmo que essa adaptação não envolva melhorias no bem-estar, mas é o caminho para modificar a situação e criar capacidades para utilizar estratégias de mobilidade e integração social.

Kaztman (1999, p. 19) relata, ainda, outros conceitos importantes para o processo de análise das desigualdades sociais. O autor chama de ativo aquilo que está incorporado no indivíduo para contar ou não com uma ascensão. Assim, o ativo

humano é a especificação da qualificação do indivíduo, especialmente para os empregos e trabalhos nominados (educação) e também para a saúde dos membros de determinado local. O capital humano e o ativo social são os ativos que permitem fazer uma separação das condições estruturais das famílias nuclear, individual e/ou monoparentais, ou seja, as composições sociais da sociedade. Por fim, os ativos físicos permitem especificar os bairros com menos recursos. O estatuto da propriedade e o valor de mercado da moradia e do terreno caracterizam o local em que a moradia está assentada e constitui o capital físico por excelência.

Nas grandes cidades é possível identificar bairros altamente segregados e outros caracterizados pela existência de mansões e palacetes<sup>7</sup>. A essa diferença os autores chamam de segregação urbana, manifestada, também, em relação aos condomínios fechados, que se reproduzem cada vez mais, e na separação de locais de trabalho, ou seja, uma separação estrutural em determinadas regiões e localização dos bairros. A segregação é visível também pelo estado, que proporciona um tratamento desigual ao processo de segregação, causando, assim, uma desestruturação dessa área segregada.

Do ponto de vista político, segundo Rolnik (1988), a segregação é produto e produtora do conflito social. Isso significa dizer que há separação entre classes porque a mistura é conflituosa e, quanto mais separada é a cidade, mais visível é essa diferença e mais acirrado poderá ser o confronto.

Para Rolnik (1988, p. 47), o processo de mercantilização da sociedade (e da cidade) favorece o surgimento de uma segregação espacial ainda no século XVII, quando então:

---

<sup>7</sup> Quando se refere à Goiânia fala-se em Setor Oeste, Bueno, Bela Vista, Marista, Sul, etc., ou seja, você tem espaços sociais diferenciados.

[...] para os principais funcionários do estado e para os grandes comerciantes e banqueiros, os locais de residência passavam a se separar do local de trabalho. Com isso, novos bairros exclusivamente residenciais e homogêneos do ponto de vista social começam a surgir.

Nos séculos XVIII e XIX, com o advento da indústria e o surgimento do proletariado urbano, a burguesia, já também detendo o poder político, promoveu na cidade a ampliação dessa segregação espacial ao delimitar a localização dos bairros operários e burgueses.

O efeito vizinhança é uma correlação entre os fenômenos da destituição social e a concentração dos grupos em situação de vulnerabilidade em territórios crescentemente homogêneos. Em outros termos, o efeito vizinhança, na medida em que nele cria-se uma dinâmica de causação circular de pobreza, reproduz o desempoderamento dos segmentos sociais submetidos à relação precária no mercado de trabalho e à trajetória de mobilidade social descendente (KATZMAN, 2001, p. 4).

Os efeitos de vizinhança<sup>8</sup> dependem do acesso da população aos recursos necessários à integração social e ao bem-estar social.

Para Ribeiro (2000, p. 12), o processo de segregação é visto como a diferenciação residencial, que se relaciona com a crescente especialização de tarefas decorrentes do aumento da difusão social do trabalho. Ela gera diferenças de atributos de recursos, de poder e de *status*, que se constituem nas bases materiais da formação de categorias sociais.

Com relação ao conceito de segregação residencial, é preciso ressaltar que a utilização desse termo deve ser reservada para designar a situação na qual a

---

<sup>8</sup> O “efeito vizinhança” reproduz ou não “modelos aditivos y estructuras de oportunidades disponibles para cada segmento sócio-económico (Katzman,1999), isto é, promove de maneira simultânea a reprodução intergeracional da riqueza e da pobreza” (Segregación residencial socioeconómico: ¿qué es?, ¿cómo se mide?, ¿qué pasando?, ¿importa? Jorge Rodríguez Vignoli, PUND).

segmentação da sociedade está fundada na crença compartilhada coletivamente sobre a necessidade da manutenção, ou mesmo aumento, das barreiras que bloqueiam a livre circulação dos indivíduos entre as categorias e, conseqüentemente, entre as localizações espaciais.

Nas sociedades capitalistas, a segregação residencial refere-se às formas de segmentação sócioespacial fundadas no controle institucional de recursos. Estes desfrutam de certas categorias para a manutenção ou a ampliação de barreiras ao contato físico e social e, ao mesmo tempo, da imposição legítima ou não de uma ordem simbólica fundada na crença compartilhada de que as pessoas não são naturalmente iguais (RIBEIRO, 2000, p. 14).

Para Lefebvre (1991, p. 93), a segregação espacial urbana aparece no mesmo momento das intervenções que ocorrem no espaço urbano, derivadas de um projeto de urbanismo que ocorre no processo de modernização das cidades.

O que se pode observar é que as intervenções realizadas não foram pensadas no conjunto da população que habita um lugar, mais ainda, elas mascaravam, como afirma o autor, um processo no qual a classe dominante transforma a cidade em um produto, causando as desigualdades sociais.

Sobre a segregação espacial, Lefebvre (1991, p. 93) afirma que esta: “[...] deve ser focalizada em seus três aspectos, ora simultânea, ora sucessiva: espontâneo (provenientes das rendas e das ideologias). Voluntário (estabelecendo espaços separados) – programado (sob o pretexto de arrumação e de plano)”.

A contribuição de Lefebvre é justamente para a compreensão da localização, dos interesses atribuídos aos espaços segregados e das conseqüências trazidas por esses interesses.

O primeiro aspecto (simultâneo) caracterizado por Lefebvre é passível de aplicação nesta pesquisa em relação ao objeto de estudo, no caso Goiânia. Ele apregoa o entendimento das características da cidade, sendo esta observada através da ocorrência de suas mudanças a partir de projetos urbanísticos que propõem uma modernização estrutural, como a abertura de praças, o alargamento de ruas, etc. Contudo, por traz dessa modernização existe a distribuição de residências mais humildes.

No segundo caso (espontâneo) pode-se dizer que essas modificações urbanísticas começam a ter uma valorização espacial que transforma o espaço em mercadoria. Esse processo expulsa as populações humildes do centro, reforçando a idéia e os valores da classe burguesa, e criando, assim, cada vez mais a segmentação residencial. O terceiro (voluntário) estabelece espaços separados, programado sob o pretexto de arrumação e plano, o conflito entre grupos sociais referente ao uso que se deva dar a cidade é inevitável, como possuidor de capital e, desse modo, do poder político a elite utilizara o aparelho estatal para impor o seu projeto de cidade a toda sociedade.

Para Maricato (2000, p. 165), autor que trabalha com os conceitos de cidade formal e cidade ilegal, a tensão entre estas é dissimulada. Além dos investimentos públicos, a legislação urbanística se aplica à cidade “oficial” (flexibilizada pela pequena corrupção). Os serviços de manutenção das áreas públicas, da pavimentação, da iluminação e do paisagismo são eficazes. Embora os equipamentos sociais se concentrem nos bairros de baixa renda, sua manutenção é sofrível. A gestão urbana e os investimentos públicos aprofundam a concentração de renda e a desigualdade, mais a representação da “cidade” é uma ardilosa concentração ideológica, que torna a condição de cidadania em privilégio e não um

direito universal: parte da cidade toma o lugar do todo. A cidade da elite representa e encobre a cidade real. Essa representação, entretanto, não tem a função apenas de encobrir privilégios, mas possui, principalmente, um papel econômico, ligado à geração e captação da renda imobiliária.

A reprodução das desigualdades dentro da perspectiva de Maricato é responsável pela produção e reprodução dos bairros segregados nas cidades, caracterizando, assim, que a visão ideológica e o projeto das cidades estão mais voltados para os interesses econômicos, e não para os sociais.

Dessa forma, a segregação se expressa nos bolsões de pobreza das metrópoles. Segundo Maricato (2000, p. 165), as regiões de pobreza constituem a parcela do espaço da cidade de produção ilegal (clandestina), pois seus loteamentos não seguiram as regras de codificação urbana e não possuem autorização da prefeitura. Esse fato serve como argumento governamental para justificar a falta de infra-estrutura, de qualidade no transporte coletivo e as vias de acesso precárias. Assim, as camadas carentes, excluídas dos equipamentos urbanos, são segregadas.

Em Goiânia, por exemplo, existe uma falta de políticas educacionais em alguns bairros, percebidos como um verdadeiro campo de batalha em busca de educação, pois não há um clima educativo para a ascensão social das crianças, sendo necessária a interferência de algumas instituições.

Ademais, observa-se um sentimento de insegurança impregnado em alguns bairros, sendo a criança a mais afetada. Da delinquência juvenil está nascendo a grande anomalia social, que são meninos e adolescentes fugindo cada vez mais da escola para praticar atos de violência, agressões, furtos. Com isso, o estado vai perdendo o seu espaço.

O mecanismo para entender a segregação urbana é de suma importância para gerar soluções e alternativas para o problema das desigualdades sociais. Contudo, de acordo com Ivana Veraldo<sup>9</sup> (2007, p. 6), o problema educacional, no Brasil, não é só da escola pública, mas também da particular. Acredita-se que seja também uma questão estrutural, em todo o país, sobretudo, nas áreas segregadas.

Estudar as desigualdades sociais é importante inclusive como uma proposta de conhecimento para muitos professores que atuam no dia-a-dia de uma sala de aula, convivendo com as diferenças comportamentais e no aproveitamento cognitivo dos alunos. O estudo das áreas segregadas é importante inclusive para a compreensão do universo da violência, mais aparente nas escolas segregadas, o que leva a crer que o reprodutivismo se dá também por meio de um desinteresse universal pela educação e pelo processo de civilização do indivíduo em sociedade.

Não há políticas públicas suficientes para que se perceba a educação como significativa para o crescimento dos indivíduos e da sociedade, por isso a importância de pesquisas na área. A segregação urbana, diagnosticada por Bourdieu, Kaztman, Ribeiro e outros tantos pensadores, serve de alerta e de contribuição para entender melhor a educação e seus problemas.

A segregação urbana, seu estudo e compreensão, levará aos processos de inclusão e democratização. Entretanto, é preciso aprofundar esse estudo tão complexo e gerir idéias de intervenção nas gestões públicas, o que demandaria um investimento alto. A violência é um dos piores males que acontecem no mundo nesse século e, sem dúvida, a porcentagem maior vem das áreas segregadas, que têm uma carência maior no sistema educacional.

---

<sup>9</sup> Doutora em História pela UNESP/SP- professora do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Estadual de Maringá.

Segundo Lefebvre (1991, p. 101):

Poderá a vida urbana recuperar e intensificar as capacidades de integração e de participação da cidade, quase inteiramente desaparecidas, e que não podem ser estimuladas nem pela via autoritária, nem por prescrição administrativa, nem por intervenção de especialista? [...] Quer exista ou não um “sujeito” ao qual a análise possa imputá-lo, quer seja o resultado global de uma seqüência de ações não combinadas ou o efeito de uma vontade, o sentido político da segregação como estratégia de classe é bem claro.

E completa: “para a classe operária, vítima da segregação, expulsa da cidade tradicional, privada da vida urbana [...] apresenta-se um problema prático, portanto, político”.

Ribeiro e Kaztman retratam, no livro *A Cidade contra a Escola?: Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina* (2008), o efeito escola, no qual explicam que, se não houver perspectiva de políticas públicas para investir na escola, nem recursos estruturais, instrumentais, e intelectuais, conseqüentemente a escola estará abandonada.

Um dos grandes problemas dos efeitos da escola é justamente a idéia da competitividade no mercado de trabalho. Elas estão muito mais preocupadas em formar um cidadão alienado, mas que consiga realizar alguma atividade alienante, do que em formar cidadãos com capacidade crítica, que pensem em como melhorar a vida em sociedade e sua submissão salarial.

É complexa essa discussão sobre o efeito escola, mas pesquisas e estudos podem trazer resultados positivos e mostrar a realidade educacional e a importância de todos que se preocupam e buscam algo que altere essa realidade. É preciso que se entenda e discuta a situação para que os gestores públicos se sensibilizem com as pesquisas produzidas e tentem elucidar os problemas levantados. Para que haja efeito escola, é necessário investir no indivíduo e buscar alternativas para melhorar, estruturar e organizar a sociedade.

O efeito escola significa que os indivíduos depositam nesta instituição sua esperança de superar a pobreza, no entanto, essa esperança é minada pelo governo e pela política, que na maioria das vezes se esquece da educação.

Mas, por outro lado, alguns acreditam no efeito escola como superador das desigualdades sociais existentes nas sociedades, capaz de assegurar a formação de cidadãos voltados para contribuir com o desenvolvimento. Contudo, não se pode colocar a educação como sendo só ela o instrumento transformador, existe um imenso aparelho ideológico que toma a educação como instrumento.

### **1.3 INFLUÊNCIA DA SEGREGAÇÃO NA OPORTUNIDADE EDUCACIONAL**

A preocupação com a desigualdade de oportunidades educacionais como forma de garantir mais igualdade é antiga. A partir da Segunda Guerra Mundial a Sociologia da Educação passou a fazer um estudo aprofundado sobre a importância da educação no processo de promover mobilidade e mais igualdade (KEREBEL e HALSEY, 1977).

Há uma preocupação, atualmente, em financiar programas educativos e reformar os sistemas de educação. Anteriormente, a preocupação consistia em saber até onde a escola podia reverter os efeitos socioeconômicos das famílias e se essa interferência estava ligada à variabilidade da escola, ou seja, às diferenças de clientela das escolas, além de seus recursos, equipamentos, programas e da qualificação dos professores.

Segundo Bourdieu (1977, p. 145):

A distribuição desigual da população no espaço urbano repercute no desenvolvimento diferente, no aproveitamento das oportunidades educacionais, por isso as crianças de famílias que vivem em áreas geográficas de pobreza concentrada tem menos possibilidades de terem uma educação de qualidade. Por outro lado, o isolamento social que leva a segregação espacial das classes sociais, reforça, legítima e perpetua a distância entre *ethos* (comportamentos, idiosincrasias) particulares de cada classe que informam de maneira diferente as práticas, as crenças e os *habitus* de cada uma.

Observa-se, então, que as escolas de áreas segregadas se encontram à margem das escolas centrais. Desse modo, as oportunidades educacionais não são as mesmas, isso acontece devido às condições estruturais, de infra-estrutura e do capital social, já que, famílias das áreas segregadas são desprovidas dos ativos necessários, enquanto das áreas centrais possuem os ativos necessários, e claro, as escolas possuem uma melhor estrutura.

As diferentes condições de acesso a recursos técnicos, como escola, transporte, habitação, (ativos físicos), atividade escolar que faça o aluno permanecer na escola. Recursos didáticos, ou seja, a estrutura necessária, que, no entanto, as escolas das áreas segregadas deixam a desejar, e os ativos necessários caracterizados pelo ativo social, (ativos humanos) saúde, educação e lazer, e o acompanhamento da família, nem todas as crianças recebem esse acompanhamento, enquanto nos bairros centrais a estrutura familiar estabelece um acompanhamento maior, caracterizando assim, que as oportunidades educacionais estão relacionadas as condições estruturais do lugar .

A influência de oportunidades educacionais deve ser trabalhada em todos os âmbitos. Os estudos sobre segregação e desigualdades sociais contribuíram para a abertura da “caixa preta” das escolas. Estudos sobre a escola eficaz (*effective school*) demonstram que é preciso defender que a escola faz a diferença, pois isso pode exercer um efeito positivo sobre as oportunidades educacionais. Esses

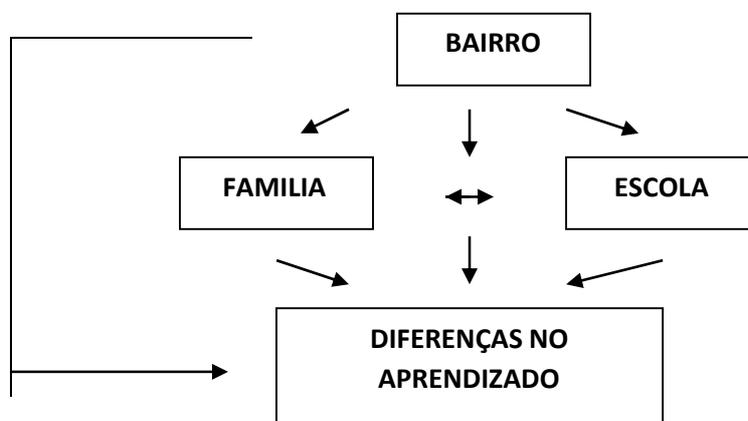
estudos, no entanto, tratavam só sobre o efeito da família e da escola. Atualmente, os estudos começam a estender-se para a questão da segregação residencial e sua influência.

Observa-se que os estudos sobre educação começaram a entender os efeitos dos contextos sociais extracurricular como uma forma de explicar as oportunidades educacionais. Nesse sentido, vários trabalhos indicaram, em relação a esta realidade, como o contexto social da vida nas grandes cidades pode influenciar no desempenho escolar.

São vários os fenômenos, desencadeados pelo processo de segregação urbana, que influenciam o resultado educacional de estudantes. A idéia é a de que haveria algumas características particulares à vizinhança que afetariam o resultado escolar de crianças e jovens em idade de escolarização.

Ribeiro e Kaztman (2008, p. 246-247) apontam três esferas que operam como contextos socializadores e que conformam uma parte importante dos conteúdos mentais das crianças. O diagrama abaixo nos mostra a relação entre a família, a escola e os bairros sob a perspectiva do aprendizado da socialização das crianças em idade escolar:

Diagrama 1. Principais âmbitos de socialização da criança em idade escolar.



Fonte: Ribeiro e Kaztman, (2008).

Este estudo compreende a relação entre bairro (vizinhança) e família e a forma como as relações sociais conformadas no território funcionam como fonte de informação e de circulação de recursos (sejam eles materiais ou simbólicos).

Algumas questões caracterizadas nos estudos realizados por Ribeiro (2004, 2007) mostram a situação da estrutura social dos aglomerados urbanos. Essa situação descreve, conseqüentemente, a idéia de crise social nesses espaços.

A reprodução social que se instalou no Brasil com a chegada de políticas públicas voltadas ao interesse dos indivíduos nas áreas centrais das cidades levou as pessoas das áreas segregadas a se tornarem vulneráveis, assim como seus domicílios e grupos sociais.

Os fundamentos dessa estrutura mal administrada trouxeram a crise. Assim, surge a precariedade de socialização, o desemprego e o subemprego, o isolamento sócioterritorial com a estigmatização dos espaços, a desorganização social da família e do plano coletivo do bairro, dentre outros problemas que implicam na desvalorização do capital social, assim nas relações de vizinhanças. A mercantilização do território, com vendas e aluguéis, aumenta, ou seja, a expansão da compra e venda se torna prioridade.

Toda essa articulação política gera, para Ribeiro (2004, 2007), o que ele chamou de Individualismo Hobbesiano, que acarreta em instabilidade nas relações sociais.

Esse processo de segregação de oportunidades desses grupos sociais distanciados da infra-estrutura e do acesso às oportunidades educacionais dificulta a mobilidade social.

A relação entre o processo de metropolização e o processo de segregação leva ao pior tipo de anomalia social, a criminalidade, e, conseqüentemente, ao processo de violência urbana devido à ruptura da reciprocidade entre indivíduos.

Segundo Ribeiro (2000, p. 10):

A segregação residencial denota a idéia de separação e de exclusão de determinados grupos sociais do conjunto da sociedade, situações nas quais ocorre a ausência de relações que vinculem estes grupos com o conjunto social. Trata-se de noção que parece auto-evidente, não necessitando de qualquer esforço de definição, na medida em que todas as cidades manifestam claros sinais de divisão social do seu território. Entretanto, nem toda divisão social do espaço caracteriza uma situação de segregação. Quando podemos falar em segregação de uma maneira teoricamente controlada, para além das supostas auto-evidências? A utilização do termo segregação como conceito depende da visão teórica que adotamos para explicar as relações sociais e a compreensão da distinção entre diferenciação, segmentação e segregação.

As metrópoles brasileiras, com efeito, experimentam essa tríade contraditória decorrente das expectativas igualitárias (escola, mercado, política e religião) que não acontecem, evidenciando que tanto a economia e as instituições quanto o território excluem, desigualam e segregam, com um enorme potencial corrosivo, a crença de um bem-estar social de toda a população na mesma sociedade.

Fica evidente que o processo de segregação mina qualquer nível de oportunidade educacional. O estado, principal regulador dessa oportunidade de igualdade, se torna fraco frente aos interesses tanto dos quanto dos capitalistas empresários que ganham enormemente com o espaço territorial perante uma legislação envelhecida.

A segregação acontece há bastante tempo dentro das metrópoles brasileiras, pois o capital imobiliário, por meio de suas ações empreendedoras promove a divisão sócio-espacial, que se caracteriza pela existência de espaços urbanos descontínuos submetendo o planejamento da cidade à lógica da especulação imobiliária, que gera as invasões e a criação de favelas. O Estado, se vê dominado

pelos interesses imobiliários nas áreas centrais e nos bairros de luxo que foram se formando. A cidade passa a ter uma perspectiva política central, culminando no abandono de áreas, nas quais se formaram os bolsões de pobreza.

As desigualdades de acesso às oportunidades educacionais são altamente evidenciadas, mas não são criados projetos para alterar o quadro social nas áreas segregadas das grandes metrópoles.

O efeito áreas segregadas sobre oportunidades educacionais pode ser observado nos bairros que integram as regiões metropolitanas e naqueles fora da dinâmica metropolitana. O processo de pesquisa e comparação das escolas que integram e daquelas que não integram o resultado é evidente em relação às oportunidades educacionais.

Para se medir essas oportunidades educacionais basta observar o nível e as condições socioeconômicas, o PIB, a renda *per capita*, o índice de condição social, a tensão social (a taxa de homicídios, se as políticas educacionais são ou não aplicadas, a taxa de municipalização no processo do ensino-aprendizagem), ou seja, se o Estado está presente há como mensurar a realidade dessas áreas segregadas e o nível de oportunidades educacionais. Ao se analisar região por região, é possível descobrir qual delas possui melhor desempenho educacional e qual sofreu alterações para mais ou para menos ao longo dos anos.

Observa-se que a tendência atual das políticas educacionais é a de recorrer a uma educação infantil com ênfase no processo de sociabilidade, ou seja, vista como uma perspectiva de oportunidades educacionais no futuro do cidadão. A relação desenvolvida pelas políticas educacionais entre espaço e professores qualificados torna essa relação distante da necessária.

Sabe-se que os maiores empecilhos são o espaço, a concentração da

pobreza, os domicílios inadequados, a falta de serviços de instalação sanitária e de coleta de lixo e a falta de abastecimento de água. Isso evidencia a diferença nos resultados educacionais, sendo estes necessários como projeto único para essa condição social mais inferior, pois somente assim estes serão determinantes para o futuro dos indivíduos.

Essas são algumas das evidências sobre fatores que se relacionam ao acesso às oportunidades educacionais observadas sob a ótica da qualidade do ensino e da estrutura da escola para que haja essa qualidade. Também mostra a realidade das disparidades regionais ou metropolitanas e a tendência a um menor desempenho educacional nas áreas segregadas. Essas tendências podem ser observadas e compreendidas a partir de vários aspectos do contexto social das grandes cidades.

É também marcante a negligência para com as políticas educacionais na dinâmica das grandes cidades, assunto que ganha destaque apenas nos períodos eleitorais, quando os discursos visando a melhoria da escola arrecadam, em determinados bairros, uma grande quantidade de votos. O ideal seria que houvesse um estabelecimento de prioridades reais, e não prioridades criadas com fins de retorno eleitoral.

Segundo Ribeiro (2008 pg. 15)

A escolha das prioridades desses municípios, ou a menor importância dada à educação infantil, podem estar relacionadas à competição com outras demandas urbanas ou com outras áreas que são capazes de galvanizar mais votos para as lideranças políticas no poder. Processo que pode ser compreendido a partir da lógica dos “votos com os pés”

Enfim, a influência da segregação nas oportunidades educacionais se evidencia nos resultados de pesquisa e no cotidiano da cidade e das pessoas. A

condição social do indivíduo exerce influência sobre as oportunidades educacionais, em especial, nos aglomerados urbanos, cuja qualidade educacional é bastante superior. Por isso, é necessário investir em educação de qualidade em toda área urbana, garantindo a qualidade do ensino, do material, do espaço, bem como professores qualificados e políticas públicas sérias.

Ademais, observa-se, em relação à segregação e à sua interferência na oportunidade educacional, a estrutura familiar: a distribuição de educação entre membros adultos da família, denominada de clima educacional da família, e as condições das famílias das áreas segregadas em relação aos aspectos ligados ao consumo cultural. As políticas públicas deveriam realizar, nesse sentido, projetos voltados para criar esse clima cultural, propiciado pelo incentivo à leitura, com a criação de espaços para sua realização e de bibliotecas públicas nas áreas segregadas.

Esses projetos estariam dimensionando as perspectivas e as expectativas em relação a um futuro mais significativo, pois o ambiente cognitivo familiar influencia no aprendizado escolar das crianças. Supõe-se que pais mais educados proporcionam um melhor benefício futuro na educação dos seus filhos. Percebe-se que o nível educacional da população brasileira permite supor que as crianças de hoje estão sendo mais bem socializadas por seus pais, tornando-se adultos mais educados que as gerações anteriores. Com essa perspectiva é possível esperar um melhor desempenho escolar. É claro que o processo de investimentos e de projetos educacionais é de suma importância nas áreas segregadas para que haja mais assistência à população, para que o capital social se torne mais evidente nos indivíduos, de forma a exercerem seu papel de cidadão.

O capital social é relevante na estrutura familiar e está intimamente

relacionado à noção de capital social familiar. O papel da família é de suma importância para o capital social, definido pela função que estabelece na estrutura social, facilitando a ação de indivíduos nesta. Diferentemente do capital físico e do capital humano (formas materiais observáveis e habilidades adquiridas pelos indivíduos), o capital social existe nas relações entre pessoas. Nesse sentido, o capital social das famílias reside nas relações entre as crianças e os pais (presença física de adultos na família e a atenção dada por estes às crianças).

A deficiência na estrutura de alguns tipos de famílias revela uma deficiência estrutural em seu papel social. Isso é importante para analisar as transformações recentes das famílias brasileiras decorrentes do processo de transição democrática. Pode-se citar, por exemplo, o modelo de família monoparental (relação de pais separados, mães solteiras) e as famílias com um número elevado de filhos pequenos em idade escolar, nas quais ocorre uma falta de atenção prestada pelos membros adultos à criança.

Observa-se, também, que as políticas públicas brasileiras contribuíram para a diminuição do número de filhos por família, melhorando a estrutura da mesma, que passa a ter um capital social mais significativo, criando uma condição melhor de educação para a criança. Em contrapartida, a entrada da mulher no mercado de trabalho causou um efeito negativo na escolarização da criança. Nesse sentido, os projetos devem ser desenvolvidos para que a participação da mãe não deixe de existir na educação das crianças.

Dessa forma, fica evidenciado que o problema da influência da segregação na oportunidade educacional é estrutural e que isso ocorre por vários fatores e aspectos relevantes da própria família na educação dos seus filhos, além da influência das políticas públicas desenvolvidas pelo Estado.

## **CAPÍTULO 2**

### **AEDS OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES**

#### **2.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA**

A pesquisa toma como ponto de partida a metodologia utilizada pelo INCT/OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. A seguir serão descritos os aspectos metodológicos, inclusive recorrendo a outras fontes de pesquisas. Ainda se mostra também a metodologia utilizada pelo CENSO 2000 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para se chegar ao que se denomina de Áreas de Ponderação (AED).

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo identificar a relação entre os processos de segregação residencial e o efeito vizinhança e sua interferência nas oportunidades educacionais na região metropolitana de Goiânia, Goiás. Para tanto, adotou-se a abordagem quantitativa para a realização da pesquisa.

Nesse sentido, foram utilizados microdados da amostra do Censo Demográfico de 2000 do IBGE, o qual consiste na principal fonte de dados utilizados nesta investigação, auxiliando na construção das AEDs (áreas de ponderação) e permitindo a construção dos indicadores utilizados na presente análise.

Assim, como nos demais Censos Demográficos realizados a partir de 1960, o Censo Demográfico de 2000 aplicou um questionário com perguntas detalhadas sobre as características da população, das pessoas responsáveis pelos domicílios e dos domicílios e seus respectivos moradores, relativos ao total do país, grandes regiões, unidades da federação e municípios escolhidos por meio de amostra

selecionada dentro de cada setor censitário.

Nessa perspectiva, como o percentual de domicílio (amostra) que respondeu ao questionário foi de 10% (20% nos municípios pequenos) e considerando-se que o número máximo por setor censitário foi de 350 domicílios, o IBGE só disponibiliza microdados para as áreas de ponderação (AED)<sup>10</sup>, que corresponde aos aglomerados de setores censitários.

Técnicos da Unidade de Pesquisa do IBGE do Estado de Goiás, juntamente com técnicos da Secretaria Municipal de Planejamento, definiram conjuntamente quais seriam as áreas de ponderação de modo que elas representassem unidades relativamente homogêneas da cidade. Além disso, a demarcação das áreas de ponderação exigiu um número mínimo de questionários da amostra (400 domicílios ocupados) e a contigüidade do conjunto de setores censitários agrupados.

Ainda sobre as AED, a contribuição de Moysés, 2005: pg 36 é importante e esclarecedora:

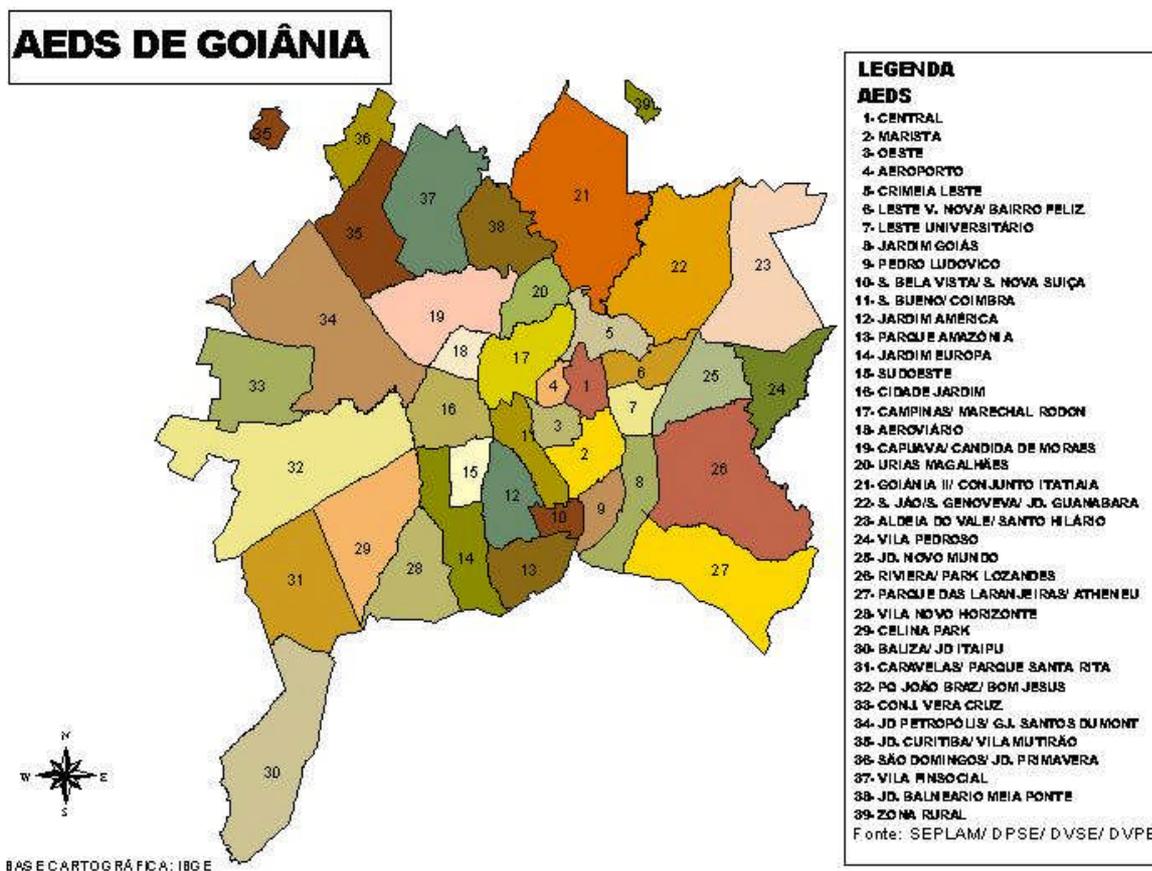
O IBGE (2002:12) definiu os seguintes critérios para a formação das áreas de ponderação: *tamanho (para permitir estimativas com qualidade estatística em áreas pequenas)* – em termos de número de domicílios e de população, não pode ser muito reduzido, sob pena de perda de precisão de suas estimativas, daí a estimativa de aproximadamente 400 domicílios da amostra; *contigüidade (no sentido de serem constituídas por conjuntos de setores limítrofes com sentido geográfico)* - o que equivale a dizer que cada área deve ser composta por setores censitários justapostos; *homogeneidade em relação a um conjunto de características populacionais e de infra-estrutura conhecidas* – o que permite agrupar informações com grau de identidade o mais próximo possível, com o propósito de evitar o máximo de distorção das informações dentro de uma área de ponderação.

Enfim, as áreas de ponderação é um recurso utilizado pelo IBGE sobretudo para atender aos municípios que demandam informações mais desagregadas em níveis geográficos, ou seja, que permitam aos municípios desenvolver análises no âmbito intra-municipal. Em outros termos, é a menor área geográfica sobre a qual se agrega informação retirada do questionário da amostra.

---

Para Goiânia, os estudos feitos pelos técnicos do IBGE e da SEPLAM, definiram por 39 (trinta e nove) recortes espaciais denominados de AED, para as quais o IBGE liberou dados da amostra de cinco indicadores: condição domiciliar, demografia, trabalho, renda e educação (Moysés, 2005, idem)<sup>11</sup>

Essas áreas de expansão podem ser visualizadas no cartograma a seguir, extraído de Moysés, idem:



Desse modo, o processo de consulta aos órgãos de planejamento municipal contribuiu, por um lado, para que as áreas de ponderação expressassem subconjuntos da cidade para os quais o conceito de vizinhança se aplica. Por outro lado, o critério de contigüidade acabou por fazer com que os bairros de pequeno e médio porte fossem agrupados com outros setores censitários para a formação das

<sup>11</sup> Cabe registrar que para a Região Metropolitana de Goiânia foram definidas 66 (sessenta e seis) AEDs, distribuídas da seguinte maneira: 15 AEDs em Aparecida de Goiânia; 39 AEDs em Goiânia; 4 AEDs em Trindade e 1 AED nos demais oito municípios. (Ver LIMA, J.J.F.; MOYSÉS, A.. (Org.). **Como Andam Belém e Goiânia**. Letra Capital: Observatório das Metrôpoles (2ª Ed.). Rio de Janeiro, 2009.

áreas de ponderação.

Este aspecto é particularmente presente na cidade de Goiânia devido à heterogeneidade da configuração do espaço social do município, que tem usado a AED assim estabelecida.

Para esta análise, utilizou-se o programa de computador *Statiscal Package for the social Sciences* (SPSS), versão 15.0 para *Windows* para a aplicabilidade da AED.

A discussão das variáveis será feita dentro de um processo no qual estas serão evidenciadas. Como o objetivo deste trabalho é investigar a associação entre vizinhança e o processo das aspirações educacionais e a estrutura de oportunidades, buscam-se classificar as seguintes variáveis para explicar a pesquisa:

- a) Variável individual, faixa etária 15 a 59 anos;
- b) Variáveis de contexto familiar, renda *per capita*;
- c) Variável de tipologia sócioespacial, o efeito vizinhança.

## **2.2 DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS**

Os estudos sobre aspirações educacionais têm tradicionalmente focado o impacto da origem socioeconômica dos alunos e a trajetória escolar como esferas condicionantes das aspirações e têm, em geral, ignorado a vizinhança como importante fator que também influencia essas aspirações. Estudos na área da sociologia urbana vêm chamando a atenção para a relação entre segregação residencial e reprodução das desigualdades sociais das classes sociais conforme

áreas de ricos e de pobres, impedindo a interação entre as mesmas e formando territórios homogêneos.

Alguns autores ressaltam que os efeitos do isolamento resultam em desvantagens para a população mais empobrecida, pois a relação vizinhança influencia tanto nos comportamentos individuais e coletivos quanto no acesso à recursos e estruturas de oportunidade. De acordo com Ribeiro e Katzman (2008), bairros nos quais prevalecem estruturas socioeconômicas heterogêneas permitem o estabelecimento de contatos sociais e políticos, o que produz modelos de comportamentos das pessoas que objetivam mais êxito. Assim, imagens e crenças que promovem atitudes favoráveis à integração social são reproduzidas no interior da família, por sua capacidade de regulação e de socialização, mas também no meio social imediato do qual o bairro faz parte.

Recentemente, estudos no campo da sociologia da educação buscam identificar a influência da vizinhança sobre indivíduos e grupos no que se refere ao seu desempenho educacional. Alguns estudos vêm demonstrando que indivíduos pobres oriundos de periferia têm menos chance de concluir o ensino médio que os que moram em bairros mais abastados (TORRES, 2008). Possíveis explicações para esse fato são os recursos que o bairro proporciona às escolas e a seus alunos. Nesse sentido, a escola seria o local no qual as características particulares de vizinhança e de origem familiar podem influenciar no aprendizado, na valorização do ensino e nas aspirações profissionais.

A investigação sobre o “efeito escola” evidenciou a ideia de que os resultados escolares dos alunos são frutos da posição socioeconômica do indivíduo e dos mecanismos de segregação produzidos pela própria escola, através da conformação da sua estrutura física e organizacional. Pesquisas recentes vêm dando atenção ao

“efeito território” nos desempenhos educacionais dos alunos; o bairro onde a criança reside e estuda pode influenciar no desempenho e na organização da escola e de seus alunos.

A organização do território expressa conflitos devido a uma economia incapaz de difundir bem-estar social e que, ao mesmo tempo, serve de escape e para a acomodação de conflitos. Essa acomodação caracteriza uma estruturação econômica informalmente organizada. A consequência direta dessa tendência é um mercado de trabalho dissociado entre população e venda, além de uma economia com baixo dinamismo, que não consegue gerar a renda necessária ao aumento de bem-estar da população. Dessa forma, causa a segregação, a desigualdade social e, portanto, a reprodução destas por meio do efeito vizinhança.

Essa perspectiva é importante para conhecer como se organiza o mercado imobiliário de moradias, seu grau de segregação e as condições de funcionamento desses bairros, bem como a maneira que estes organizam o sistema de transportes urbanos, a mobilidade espacial das pessoas, etc.

É importante entender que os conceitos de determinantes e condicionantes são inerentes ao entendimento de que a distribuição dos lugares de moradias dos indivíduos decorre da região com os diferenciais do poder de escolha dos grupos e das classes sociais que compõem a estrutura social de uma sociedade, demandada pelo grau de maior ou menor concentração de renda (RIBEIRO e KATZMAN, 2008).

Segundo Ribeiro (2005), existem algumas famílias metodológicas de quantificação ou medição da segregação. Neste trabalho optou-se pela tipologia, como um instrumento de qualificação e descrição que atende aos objetivos de ordenamento e categorização dos fenômenos sociológicos, permitindo a realização de comparações.

Mas como acontece o efeito de lugar? Até onde o lugar influencia na manutenção e aceleração da segregação? Como acontece o efeito vizinhança? Em um processo como o desponderamento dos indivíduos, este se articula como vício e o prolongado desajuste de uma área segregada chega a uma situação na qual nem o estado, em algumas situações, pode interferir.

O efeito vizinhança dificulta a mobilidade e a integração social, levando os indivíduos a manterem sua posição de não bem-estar ou de bem-estar. Isso significa dizer que os lugares segregados e sua relação com as desigualdades sociais se evidenciam, aumentando as possibilidades de gerar pobreza e desigualdade, já que a estrutura de vulnerabilidade permanece, levando os indivíduos a condições de pobreza e miséria.

Para responder aos questionamentos desta pesquisa serão selecionadas, dentro das AEDS, a classificação dos bairros por nível educacional alto, médio e baixo, tanto quanto à renda *per capita* quanto para caracterizar o efeito vizinhança e sua influência no processo de segregação e de formação das desigualdades sociais na região metropolitana de Goiânia.

## **CAPÍTULO 3**

### **SEGREGAÇÃO NA METRÓPOLE GOIANIENSE**

#### **3.1 DIVISÃO SÓCIOESPACIAL**

O planejamento urbano de Goiânia tem assumido o seguinte perfil: está centrado no modelo de planejamento de recorte modernista e conservador que considera grande parte da população mera receptora ou mera usuária de propostas elaboradas "para ela", "sem ela". Em outros termos reveste-se de uma aura tecnoburocrata voltada prioritariamente para os setores hegemônicos da cidade. Como consequência, esse tipo de planejamento, centralizado, rígido, acabou contribuindo para a produção de espaços urbanos segregados (Moysés, 2004).

Segundo Raquel Rolnik (1997, p. 14 e contracapa) A ineficácia das normas urbanas em regular a produção da cidade é a verdadeira fonte de seu sucesso político, financeiro e cultural, um contexto onde a riqueza e o poder sempre estiveram concentrados.

As constatações de Rolnik são assustadoras mas expressão a lógica do processo de formação e consolidação do urbano nas cidades em geral e em Goiânia em particular. Moysés (2004 p. 194)

A convivência entre esses espaços segregados e os outros espaços sociais da cidade de Goiânia nem sempre é pacífica, configurando uma relação demarcada pelo estranhamento, pela rejeição. A violência delimita as novas fronteiras das cidades por meio de manifestações explícitas de tensões urbanas, resultantes dos embates dramáticos entre cidadania, exclusão social e segregação urbana. Espaços

segregados por condições de ocupação, renda, escolaridade e outros indicadores sociais. Espaços que carregam signos demarcadores de confinamento doméstico: muralhas, arames farpados, cercas elétricas, sistemas sofisticados de alarmes, sensores e câmeras de vídeo. Essas marcas não se restringem aos "condomínios horizontais fechados", pois se difundem pelas cidades nas habitações isoladas e em edifícios de apartamentos de bairros de classes média e alta de Goiânia.

Essa perspectiva também evidencia que essa articulação espacial traz de imediato a segregação, visto as pessoas que moram nos setores segregados possuem mais dificuldades para ter acesso à educação, ao lazer, à moradia, ao transporte, ou seja, esses indivíduos pertencem às classes que foram excluídas do planejamento urbano, e, em questão de renda, são altamente penalizados por uma política concentradora e excludente.

Goiânia é uma metrópole em expansão no que tange à política local, às ofertas de emprego, às possibilidades que surgem tanto no mercado formal como no informal.

Para melhor identificar as diferenças socioespaciais é possível trabalhar, como tipologia de análise, com a diferença entre periferia e centralidades, muitas delas construídas ao longo das décadas, e tendo estabelecido relação com as possibilidades de deslocamento da população.

Na medida em que a cidade foi expandida para além do centro original, lugar tradicionalmente dotado de melhor infra-estrutura e de serviços à população, foi concentrando alternativas para suprir suas necessidades diárias nos próprios bairros. Por exemplo, uma pessoa que mora na Vila Fim Social se deslocando para um setor mais próximo, para pagar contas de água, luz ou mesmo para comprar alimentos diários. Isso geraria inúmeros problemas e advém daí o fato de inúmeras

centralidades responderem, por um lado, pela demanda por um comércio local, pois não há como pensar, por exemplo, em os bairros da região noroeste não possuírem agências bancárias e outros serviços básicos à população.

A partir da década de 1980 o crescimento demográfico reforça essas centralidades. Goiânia passou de uma população de 922.222 habitantes, em 1991 para 1.302.001 segundo o Censo de 2010<sup>12</sup>. Esse intenso processo de crescimento demográfico foi acompanhado do processo de modernização das estruturas produtivas.

Assim, pensando Goiânia nesse aspecto de modernização, pode-se afirmar que a cidade foi altamente seletiva no que tange à sua organização urbana, o espaço a partir da moradia e da renda. Desse modo, dizemos que o espaço urbano é seletivo e segregador porque, embora todos tenham a idéia de direito a transporte coletivo, qualidade de vida, moradia, trabalho, lazer, educação, saneamento básico, etc., isso nem sempre ocorre.

A renda das pessoas também implica em uma diferente apropriação do território da cidade; alguns indivíduos vivem em condomínios fechados e outros em bairros pobres e sem infra-estrutura, fenômeno que ocorre no mundo todo. Não podemos negar que a cidade tem um preço e é fragmentada em parcelas, lotes vendidos por pedaços, muitos deles dotados de infra-estrutura completa (asfalto, água tratada, iluminação pública, transporte, áreas verdes, sistema de coleta de lixo, escolas, creches, etc.), outros não, e disso resulta o processo de segregação urbana. Tais fatos também acontecem em Goiânia, como foi possível observar durante o desenvolvimento deste trabalho, sendo a região Noroeste um dos

---

<sup>12</sup> A população total do município de Goiânia representa 60% do total da população Região Metropolitana de Goiânia, atualmente composta por 20 municípios, que tem uma população total de 2.173.141 habitantes.

exemplos dessas diferenças socioespaciais:.

O espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se, em um primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais de serviços e da gestão, áreas industriais, áreas residências distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas reservadas para sua futura expansão. Este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade ou simplesmente o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado. (CORREIA, 1989, p. 7).

Nos últimos anos, contrastando com loteamentos carentes em infra-estrutura nos bairros segregados, têm se multiplicado em Goiânia os chamados condomínios horizontais, fenômeno denominado, por alguns estudiosos, de "autossegregação". A pressão nos serviços no centro das cidades e nos bairros mais atingidos por problemas de tráfego, poluição e violência tem levado uma camada da população de alto poder aquisitivo a procurar esses espaços, geralmente situados em áreas de fácil acesso para o centro da cidade, como é o caso da saída para Anápolis (Condomínio Aldeia do Vale), ou mesmo para Bela Vista (Condomínio Alphaville Flamboyant). Dentre as vantagens aclamadas por esse tipo de ocupação, as mais comuns são as seguintes: meio ambiente equilibrado, com presenças de bosques e parques, serviços e comércio internos, área de lazer, clubes recreativos, patrulhamento 24 horas por dia, etc.

A articulação político-administrativa de Goiânia contribui, de certa forma, para essa diferenciação socioespacial, já que os interesses especulativos que causam a segregação estão evidentes.

### 3.2 SEGREGAÇÃO URBANA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Goiânia nasce com uma proposta de uma cidade do futuro dita planejada, mas surgem interesses de uma elite em relação à especulação imobiliária. A segregação urbana se evidencia, caracterizando a relação entre especulação do uso do solo e o Estado como mediador desse interesse no processo de surgimento da nova capital.

No entanto, o papel do Estado é de regulador e fiscalizador especialmente no que se refere aos loteamentos irregulares e à utilização de áreas públicas. Recentemente, segundo dados da Prefeitura de Goiânia, (Seplan/DPSE 2004) existem aproximadamente quinhentos bairros em Goiânia<sup>13</sup>, muitos em situação irregular, inclusive na clandestinidade, e alguns no limite de zona de expansão urbana e em áreas de preservação ambiental.

O que podemos observar é que há um discurso de busca por uma organização, mas há, também, falta de planejamento urbano devido aos interesses da elite imobiliária. Estado e município se tornam omissos perante esses fatos, o que leva Goiânia a um processo de segregação social, principalmente com a falta das políticas públicas necessárias. É evidente o interesse do capital, do mercado, que acaba falando mais alto e, às vezes, segregando mais rápido, segundo Arrais (2004, p. 12):

---

<sup>13</sup> A definição do número de bairros em Goiânia transforma-se num problema para o planejamento territorial da cidade, na medida em que a Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, considera como bairro novo, sempre que um novo projeto de loteamento é aprovado, independentemente de seu tamanho. Trata-se de um processo que deixa a cidade aberta para esta questão.

Uma dessas ocupações mereceu destaque na edição de O Popular de 13 de maio de 2004. A matéria intitulada "Sem teto consolidam invasão", poderia destacar, à primeira vista que a questão da moradia, do preço da terra urbana ainda é bastante seletiva, e que a forma encontrada historicamente pelas camadas mais pobres é a posse seguida da luta pela regularização de áreas localizadas em bairros valorizados de Goiânia foram ocupados por meio de posse como o setor universitário, setor Jaó e Setor Bueno. Portanto, a posse na história de Goiânia não tem sido uma estratégia apenas dos pobres.

Ocorre que a visibilidade dos ricos nessa matéria é menor. Tem sido mais comum nas inúmeras cidades brasileiras reprimir a população de baixa renda, taxando-a de invasora, e não aqueles que dispõem de recursos e artifícios legais para permanecer em áreas públicas.

Isso nos leva a pensar como as políticas públicas e o próprio poder público de certa forma segrega duas vezes as pessoas de baixa renda, enquanto uma elite se apropria de um espaço também invadido. Daí a relação e o descaso das políticas públicas em Goiânia.

Outra observação que mostra esse descaso é a questão dos lotes vagos. Em Goiânia, (Seplan/DPSE 2004)<sup>14</sup> em 2003 havia mais de 119.000 lotes vagos na cidade, pois, ao longo dos anos, enquanto a cidade se expandia para a periferia, muitos bairros com completa infra-estrutura urbana foram acumulando uma grande quantidade de lotes vagos, especialmente por estarem, muitas destas áreas, nas mãos de proprietários imobiliários e especuladores.

Alguns governos exerceram as políticas públicas usando os projetos de planejamento para se elegerem, como foi o caso da Vila Mutirão. Tais exemplos ilustram, ainda, a diferença significativa que pode ser percebida entre os resultados dos programas de mutirões de São Paulo e os da Vila Mutirão em Goiânia. No primeiro, há uma administração que respeita os cidadãos e acredita na organização comunitária; no segundo, uma administração que promoveu a segregação física e

---

<sup>14</sup> Seplan - Secretaria Municipal do Planejamento Urbanismo e Meio ambiente -DPSE- Departamento de Ordenação Socioeconômica, dados do Seplan publicados no livro Geografia Contemporânea de Goiás, Tadeu Alencar Arrais pg. 112 e 113

social de seus cidadãos. Contudo, ambos foram implantados com dinheiro público.

Segundo MARICATO, 1979, p. 76):

Habitação como resultante da prática do mutirão se produz por trabalho não-pago, isto é, super trabalho. Embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado na produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois seu resultado, a casa, reflete-se em uma baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho dos quais os gastos com habitação são um componente importante - deprimindo assim os salários reais pagos pelas empresas. Uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de economia natural dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases na intensa exploração da força de trabalho.

Como já visto anteriormente, um exemplo de descaso do setor público em relação às políticas públicas é o caso da Região Noroeste de Goiânia, altamente segregada, com bairros levantados sobre luta, invasões e doações, formados por pessoas carentes em tudo. Os indivíduos que ali habitam necessitam de inúmeros recursos, e até hoje nada foi feito. Bairros como Vila Finsocial, Vila Mutirão, Jardim Curitiba I e II, Jardim Boa Vista, São Domingos, Jardim Primavera, Estrela Dalva, Jardim Morada do Sol, Parque Tremendão, todos padecem de políticas públicas:

Segundo Moysés,

A exclusão sócio territorial, enquanto processo faz parte de uma lógica perversa da elite brasileira em geral e goianiense em particular e tem um papel a cumprir qual seja limpar as áreas ocupadas pelos excluídos e nelas refazer o espaço na perspectiva de ocupa-las com empreendimentos que interessem ao capital imobiliário. Como exemplo, a abertura da avenida 136 localizada numa área nobre ( Setor Marista em direção leste, no final dos anos 70. Essa avenida ate sua intersecção com a avenida 90 (eixo norte e sul), já desenhava uma ocupação voltada para classe media. Na visão dos incorporadores imobiliários, era necessário romper as barreiras impeditivas de continuidade da avenida para viabilizar a ocupação do Jardim Goiás. A única barreira impeditiva era a invasão do areião que se espalhou pelas margens do córrego Areião e Botafogo (MOYSES, 2004, p. 218 e 219)

O que se observa é que a legislação e os planejamentos implantados na capital ao longo de sua história não foram objetivados a um ordenamento do espaço urbano, e sim contribuíram com a produção de espaços segregados, pois não

conseguiram impedir a emergência de espaços ilegais.

A produção de cidade legal e ilegal por meio da legislação urbana é abordada por Rolnik (1999) no seu estudo sobre a legislação e a produção do espaço urbano na cidade de São Paulo. Nessa obra, a autora ressalta que a legislação de regulamentação e construção imobiliária, instituída na metrópole ao longo do século XX, promoveu a sua segregação socioespacial, visto que os imóveis que não se enquadravam nas normas de edificação eram considerados ilegais, ou seja, sujeitos ao descaso dos serviços públicos. Assim, o espaço urbano da cidade de São Paulo é construído sob dois aspectos: o legal e o ilegal, e, nas últimas décadas do século XX, a cidade ilegal passou a ocupar um espaço bem superior ao da cidade legal.

Nessa mesma direção, Moysés (2004) afirma que a metrópole goianiense encontra-se dividida em duas esferas: a legal e a ilegal. A primeira refere-se aos loteamentos e edificações regularizados, aprovados pela legislação municipal; a segunda se relaciona com os espaços (loteamentos e construções) clandestinos, que não possuem autorização de prefeitura. A Goiânia legal constitui o cartão postal da cidade, enquanto a ilegal só aparece em casos de calamidade pública.

Segundo o autor, a Goiânia legal é constituída pelas zonas de inclusão, as quais são dotadas de plena infra-estrutura. Nessa zona destacam-se os bairros ocupados pelas camadas de média e alta renda, como o setor Central, Sul, Jaó, Oeste, Marista, Aeroporto, Bueno, Vila Rezende, Nova Suíça, Coimbra, Bela Vista, alto da Serrinha, Jardim Goiás, setor Leste Universitário, Jardim América e Parque das Laranjeiras; e os condomínios fechados, que, apesar de estarem dispersos na cidade, contam com toda a urbanização necessária à qualidade de vida:

Pode-se dizer que os moradores das zonas de inclusão, ou seja, dos condomínios fechados quer sejam horizontais, verticais, e dos chamados bairros nobres, fazem parte dos que, em Goiânia, vivem no primeiro mundo, tendo, portanto, acesso a todos os equipamentos da modernidade. [...] Nessas áreas moram as elites da cidade, ou seja, setores das classes média e alta formam o estrato social mais elevado em termos de consumo. (MOYSÉS, 2004, p. 195)

Neste sentido, pode-se dizer que a região Sul representa uma área de valorização imobiliária e de segregação das camadas altas e médias de Goiânia, onde há políticas públicas e de alta qualidade porque os interesses são direcionados a classe alta enquanto na região Noroeste há menos política públicas para a classe de renda baixa e miseráveis. Assim, a relação da segregação urbana e das políticas públicas em Goiânia fica evidenciada com o descaso do poder público do planejar e de aplicar projetos que diminuam esses espaços segregados.

### **3.3. ANÁLISE DE RESULTADOS**

#### **3.3.1 DESCRIÇÃO DOS DADOS**

Com a finalidade de evidenciar o efeito vizinhança e suas implicações nas desigualdades educacionais procurou-se caracterizar a aplicabilidade das Áreas de Ponderação (AEDs) para apurar o referido efeito no município de Goiânia com base no censo demográfico de 2000.

Em conformidade com a proposta de trabalho, o município de Goiânia foi selecionado para verificar a hipótese, reduzindo a pesquisa ao banco de dados obtido através do censo demográfico de 2000 para os casos observados neste município.

Com a finalidade de conseguir mais precisão na apuração do efeito vizinhança na escolaridade dos residentes nessa cidade, foram excluídos também

os indivíduos abaixo de 15 anos de idade devido à percepção de que a variável escolhida para a verificação da escolaridade – v0432 (código do censo 2000) “Curso mais elevado que frequentou, concluindo ao menos uma série” – refere-se ao indivíduo, e não a possíveis crianças existentes no domicílio.

### 3.3.2 DESCRIÇÃO GERAL DOS HABITANTES DAS AEDS

A seguir se apresenta o comportamento de cada uma das variáveis separadamente. Com isso, desejou-se apresentar o grau de dispersão entre algumas variáveis, para, assim, justificar a transformação de algumas delas. Isso ajudará a apurar com mais precisão alguns dos resultados finais obtidos dos cruzamentos operados para verificar o efeito vizinhança sobre a educação dos indivíduos nas áreas que selecionamos em Goiânia.

Note-se, pois, o comportamento de cada variável isoladamente, pois, posteriormente, se demonstrará o comportamento dessas variáveis segundo sua distribuição por áreas de ponderação.

Assim, é possível verificar, na tabela 1, como estão distribuídos os indivíduos por AEDs em Goiânia<sup>15</sup>

Tabela 1 - Distribuição da população das AEDs por gênero em Goiânia

Gênero	Quantidade	Participação Percentual
Masculino	22.934	46,3
Feminino	26.633	53,7
<b>Total</b>	<b>49.567</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censo IBGE/2000 – Observatório das Metrôpoles. Dados organizados pelo autor.

<sup>15</sup> Vale lembrar que as AEDs, ou áreas de ponderação, são utilizadas seguindo o mesmo entendimento expresso pelo IBGE no dicionário de variáveis constante no CD do censo de 2000, ou seja, as unidades domiciliares reunidas por regiões com até 4000 indivíduos por região.

Verifica-se, na tabela 1, que na faixa etária considerada no estudo, há 46,3% de pessoas do sexo masculino, enquanto 53,7% são do sexo feminino. Desse modo, a porcentagem de moradores entrevistados do sexo feminino é maior do que a do sexo masculino.

Tabela 2 - Distribuição absoluta e relativa da população das AEDs segundo cor ou raça

<b>Cor ou Raça</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Branca	28.367	57,2
Preta	2.025	4,1
Amarela	174	,4
Parda	18.523	37,4
Indígena	153	,3
Ignorado	325	,7
<b>Total</b>	<b>49.567</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censo IBGE/2000 – Observatório das Metrôpoles. Dados organizados pelo autor.

Verifica-se, na tabela 2, que, em relação à cor ou raça, 57,2% dos entrevistados se declararam de cor branca, 37,4% de cor parda, 4,1 % de cor preta, 4,0% de cor amarela e 3,0% da raça indígena. Portanto, a cor branca foi a mais evidenciada pelos entrevistados e a raça indígena a menos.

Tabela 3 - Distribuição da população das AEDs, segundo as relações de parcerias

<b>Relação de Parcerias</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual de Participação</b>
Casado (a)	28.258	57,0
Desquitado (a) ou separado (a) judicialmente	1.662	3,4
Divorciado (a)	2.416	4,9
Viúvo (a)	1.568	3,2
Solteiro (a)	15.663	31,6
<b>Total</b>	<b>49.567</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censo IBGE/2000 – Observatório das Metrôpoles. Dados organizados pelo autor.

Na tabela 3, relativa ao estado civil, 57% dos pesquisados eram casados, 31,6% eram solteiros(as), 4,9% divorciados, 3,4% desquitados(as) ou separados(as) e 3,2% viúvos(as). Desse modo, verificou-se que o número de casados se sobrepõe a todas as outras condições propostas e o número de solteiros é o menor em relação aos entrevistados.

Tabela 4 - População das AEDs segundo sua condição de leitura e redação

<b>Condição de leitura e redação</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Participação percentual</b>
Sabe ler e escrever	47.588	96,0
Não sabe	1.979	4,0
<b>Total</b>	<b>4.9567</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censo IBGE/2000 – Observatório das Metrôpoles. Dados organizados pelo autor.

É possível perceber, na tabela 4 do universo pesquisado e considerado neste trabalho, que 96% dos entrevistados sabem ler e escrever e apenas 4% não sabem ler. Nota-se, assim, que o índice daqueles que sabem ler é muito superior ao dos que não o sabem, caracterizando um índice alto de alfabetização no que tange à questão de letramento.

Observa-se que a questão da alfabetização não é um problema, mas isso não significa que esse indivíduo prosseguiu no processo de formação, devemos entender que as oportunidades educacionais devem ir muito além da alfabetização e do letramento, isso reflete a falta de incentivo e estruturação para que não haja abandono escolar, apenas ser alfabetizado, não caracteriza totalmente os ativos necessários para o indivíduo prosseguir com perspectivas de crescimento.

Tabela 5 - População das AEDs segundo sua condição de trabalho remunerado na semana de 23 a 29 de julho de 2000

<b>Recebeu Remuneração</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Participação percentual</b>
Sim	33.170	66,9
Não	16.397	33,1
<b>Total</b>	<b>4.9567</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censo IBGE/2000 – Observatório das Metrôpoles. Dados organizados pelo autor.

Na tabela 5, observa-se que, 66,9% dos entrevistados relacionados trabalhou recebeu remuneração e 33,1% não.

Tabela 6 - Distribuição da população das AEDs segundo a faixa etária

<b>Faixa Etária</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Participação percentual</b>
De 15 até 29 anos de idade	10.207	20,6
De 30 até 59 anos de idade	39.360	79,4
<b>Total</b>	<b>4.9567</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censo IBGE/2000 – Observatório das Metrôpoles. Dados organizados pelo autor.

Na tabela 6, observa-se a relação das idades em faixa etária, sendo 79,4% de 30 a 59 anos de idade e 20,6% de 15 a 29 anos de idade.

Como a distribuição das duas variáveis apresentou amplitude alta foi decidido reduzi-las a categorias analíticas que facilitassem a leitura de seu comportamento. Assim, dividiu-se a idade calculada em anos, variável do IBGE em idade em faixas etárias criadas para este trabalho. Note-se a concentração nos casos em que a idade está na faixa etária de 30 a 59 anos, que corresponde a 79,4% das observações.

Tabela 7 - Distribuição da população segundo o nível de instrução

<b>Recebeu remuneração</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Participação percentual</b>
Baixo nível de escolaridade	8.292	16,7
Médio nível de escolaridade	28.474	57,4
Alto nível de escolaridade	7.372	14,9
Sem instrução	264	0,5
Total	44.402	89,6
Perdidos ou em branco	5.165	10,4
<b>Total</b>	<b>4.9567</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censo IBGE/2000 – Observatório das Metrôpoles. Dados organizados pelo autor.

Na tabela 7, sobre o grau de escolaridade dos entrevistados, foi diagnosticado que 57,4% têm um médio nível de escolaridade, 16,7% apresentam um baixo nível de escolaridade, 14,9% um alto nível de escolaridade e 0,5 afirmam não terem instrução.

Nessa perspectiva de instrução caracterizamos aqui, a análise dos ativos que exercem um nível de bem estar social, determinam a estabilidade dos indivíduos, e consecutivamente (instrução) caracterizando assim a estrutura de oportunidades dos indivíduos. O caso da metrópole goianiense, esses ativos de instrução baixo evidenciando apenas 14,9% tem auto nível de instrução.

Tabela 8 - População das AEDs segundo a Proteção Social do Trabalho

<b>Sobre a Proteção Social do Trabalho</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Participação percentual</b>
Trabalho protegido	13.968	28,2
Trabalho não protegido	19.087	38,5
Perdidos ou em branco	16.512	33,3
<b>Total</b>	<b>49.567</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censo IBGE/2000 – Observatório das Metrôpoles. Dados organizados pelo autor.

Na tabela 8 observa-se a composição do trabalho protegido, tendo sido diagnosticada uma relação de 33,3% em branco, 28,2% de trabalho protegido e 38,5% de trabalho sem proteção.

Nota-se que 28,8% possuem proteção social enquanto que 38,5%, um percentual elevado da população não possuem proteção social.

Essa variável permite perceber um aspecto socioeconômico da população ativa da Região Metropolitana de Goiânia, de grande importância social que é a carteira assinada de 28,2% da força de trabalho em geral e por outro lado, a existência de 38,5% população constituída por desempregados, inativos, trabalho por conta própria, informalidades.

Tabela 9 - População das AEDs segundo o nível de escolaridade

<b>Sobre a Proteção Social do Trabalho</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Participação percentual</b>
Baixo	10.331	20,8
Médio	31.651	63,9
Alto	7.585	15,3
Total	49.567	100,0
<b>Total</b>	<b>4.9567</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censo IBGE/2000 – Observatório das Metrôpoles. Dados organizados pelo autor.

Na tabela 9, verificou-se o nível de escolaridade dos bairros, dividindo em três níveis de escolaridades. Foi observado que 63,9% possuíam um nível médio, 20,8% um nível baixo e 15,3% um nível alto de escolaridade. Esta tabela mostra a variável escolaridade dos entrevistados e expressa como esta está distribuída segundo a tipologia sócioespacial estabelecida pelo Observatório de Metrôpoles.

Aqui observa-se que o nível de escolaridade alto alcança, apenas 15,3% e que o índice médio de 63,9%, embora seja significativo revela que a população terá menos oportunidades educacionais de acesso quando somado aos 20,8%, ou seja, nas áreas segregadas o efeito escola não se traduz em estrutura de oportunidades.

Tabela 10 - Distribuição da população das AEDs segundo o nível de escolaridade

<b>Nível de escolaridade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Participação percentual</b>
Ensino Inicial	6.561	13,2
Ensino Fundamental	16.137	32,6
Ensino Médio	14.068	28,4
Ensino Superior	7.372	14,9
Nenhum	264	,5
Total	44.402	89,6
Perdidos ou em branco	5.165	10,4
<b>Total</b>	<b>4.9567</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censo IBGE/2000 – Observatório das Metrôpoles. Dados organizados pelo autor.

Na tabela 10 observa-se a composição do curso mais elevado que os entrevistados cursaram, tendo sido identificado que 32,6% cursam o ensino fundamental, 28,4% o ensino médio, 14,9% o ensino superior, 13,2% o ensino inicial e 5% não cursou nenhum deles.

Percebeu-se, nesta tabela, uma aguda concentração em torno das declarações sobre o ensino fundamental e o ensino médio. Constatou-se, ademais, um baixo índice de analfabetismo. Esses índices podem indicar uma presença mais efetiva do Estado com relação ao ensino público, mas também pode aventar a possibilidade de os indivíduos estarem permanecendo mais tempo nas salas de aula por uma exigência do mercado de trabalho, que busca cada vez mais indivíduos especializados. Nenhuma das hipóteses, no entanto, pode ser confirmada, posto não haver nenhuma variável no banco de dados que distinga entre ensino público e ensino privado.

Assim chegamos à tabela 11, na qual se mensurou como está a distribuição da escolaridade. A tabela, portanto, demonstra a distribuição dos casos observados de escolaridade mais alta, declarada em função da tipologia estabelecida.

Tabela 11 - Distribuição da população das AEDs, segundo o nível mais elevado de escolaridade

<b>Grau de escolarização</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Participação percentual</b>
Alfabetização de adultos	20	0
Antigo primário	6.541	13,2
Antigo ginásio	1.731	3,5
Antigo clássico científica etc.	658	1,3
Ensino fundamental ou 1º grau	14.406	29,1
Ensino médio ou 2º grau	13.410	27,1
Superior - graduação	7.064	14,3
Mestrado ou doutorado	308	0,6
Nenhum	264	0,5
Total	444.02	89,6
Em branco	5.165	10,4
<b>Total</b>	<b>4.9567</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censo IBGE/2000 – Observatório das Metrôpoles. Dados organizados pelo autor.

Na tabela 11, analisando o grau de instrução da população, verificou-se qual foi o mais alto grau freqüentado, levando em consideração que tenha sido concluída pelo menos uma série. Ressalta-se que, do total, apenas 89,6% foram considerados válidos. Destes, 29,1% cursaram o ensino fundamental ou 1º grau; 27,1% o ensino médio ou 2º grau; 14,3% concluíram o curso superior ou graduação; 13,2% cursaram o antigo primário; 3,5% cursaram o antigo ginásio; 1,3% o antigo clássico científico; e 6% fizeram mestrado e/ou doutorado.

Tabela 12 - Distribuição da população das AEDs, segundo o nível de escolaridade que está freqüentando

<b>Nível de escolaridade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Participação percentual</b>
Ensino Inicial	84	0,2
Ensino Fundamental	806	1,6
Ensino Médio	1.103	2,2
Ensino Superior	1.633	3,3
Total	3.626	7,3
Em branco	45.941	92,7
<b>Total</b>	<b>49.567</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censo IBGE/2000 – Observatório das Metrôpoles. Dados organizados pelo autor.

Na tabela 12, identificou-se o grau de escolaridade dos entrevistados, onde 3,3% cursam o ensino superior; 2,2% o ensino médio; 1,6% o ensino fundamental e 0,2% o ensino inicial. É preciso salientar que apenas 3.626 questionários foram considerados válidos de um total de 49.567. Nestes, observou-se que a maioria dos entrevistados se identificou como cursando o ensino superior e um índice pequeno cursando o ensino inicial.

Observa-se que nessa tabela as oportunidades educacionais e o efeito escola são relevantes, que a maioria dos entrevistados estão construindo os ativos que caracterizam a estrutura de oportunidades.

Tabela 13 - Distribuição da população por AEDs, segundo o curso mais elevado que freqüentou, tendo concluído pelo menos uma série

Áreas de Ponderação	Alfabetização de adultos	Antigo primário	Antigo ginásio	Antigo clássico científica, etc.	Ensino fundamental ou 1º grau	Ensino médio ou 2º grau	Superior - graduação	Mestrado ou doutorado	Nenhum	Total
Central	0	38	41	45	99	347	412	11	4	997
Marista	0	26	17	33	74	246	496	30	2	924
Oeste	0	31	29	33	52	266	708	43	2	1.164
Aeroporto	0	24	12	17	70	186	242	13	0	564
Criméia Leste	0	132	39	10	272	375	112	2	1	943
Leste Vila Nova/Bairro Feliz	0	58	34	33	246	379	282	9	3	1.044
Leste Universitário	0	58	11	11	175	267	272	19	2	815
Jardim Goiás	0	83	14	7	218	320	171	7	7	827
Pedro Ludovico	1	114	32	7	323	334	166	7	8	992
Setor Bela Vista/ Nova Suíça	0	23	13	23	72	367	856	40	2	1.396
Setor Bueno/Coimbra	1	57	37	32	128	343	467	25	0	1.090
Jardim América	3	147	57	21	410	650	385	8	4	1.685
Parque Amazônia	0	130	23	4	361	285	84	2	17	906
Jardim Europa	0	254	56	22	498	562	266	4	4	1.666
Sudoeste	0	94	31	30	212	439	189	1	3	999
Cidade Jardim	1	234	102	47	501	595	245	11	6	1.742
Campinas/Marechal Rondon	0	303	142	50	654	934	290	8	14	2.395
Aeroviário	0	133	59	9	239	202	51	2	2	697
Capuava/Cândida de Moraes	1	474	102	13	713	456	52	3	19	1833
Urias Magalhães	0	126	47	7	314	337	102	4	1	938
Goiânia II/Conjunto Itatiaia	1	145	19	8	298	335	119	14	3	942
Setor Jaó/Santa	0	245	45	15	538	506	246	15	21	1.631

Genoveva/Jd. Guanabara										
Aldeia do Vale/Santo Hilário	1	171	38	1	328	244	45	2	5	835
Vila Pedroso	1	218	28	2	395	135	10	1	21	811
Jardim Novo Mundo	1	244	86	16	479	366	69	1	6	1.268
Riviera/Park Lozandes	0	182	58	11	435	511	136	3	3	1.339
Parque das Laranjeiras	0	147	31	47	240	249	159	7	0	880
Parque Atheneu/Zona Rural	0	111	27	3	301	332	46	3	3	826
Vila Novo Horizonte	1	160	38	19	425	481	107	6	5	1.242
Celina Park	0	147	34	14	339	289	57	1	2	883
Baliza/Jardim Itaipu	0	162	40	1	375	121	5	0	13	717
Caravelas/Parque Santa Rita	1	123	20	6	339	183	13	1	3	689
Parque Ind. João Braz/Bom Jesus/Z. Rural	3	396	41	8	920	374	42	0	7	1.791
Conjunto Vera Cruz	0	164	44	13	323	288	35	1	1	869
Jd. Petrópolis/Gj. Santos Dumont	0	159	47	9	393	243	44	0	5	900
Jd.m Curitiba/Vila Mutirão	3	368	72	9	752	212	11	0	24	1.451
São Domingos	0	205	15	1	516	59	3	0	6	805
Vila Finsocial	0	367	111	11	818	254	20	0	26	1.607
Jd. Balneário Meia Ponte/Zona Rural	1	288	39	10	561	338	49	4	9	1.299
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>6541</b>	<b>1731</b>	<b>658</b>	<b>14.406</b>	<b>13.410</b>	<b>7.064</b>	<b>308</b>	<b>264</b>	<b>4.9567</b>

Fonte: Censo IBGE/2000 – Observatório das Metrôpoles. Dados organizados pelo autor.

A tabela 13 relaciona o grau de escolaridade dos entrevistados das 39 áreas de ponderação definidas pelo IBGE em conjunto com o Observatório das Metrôpoles.

Analisamos agora o nível de segregação caracterizados, nas unidades de ponderação(AEDS) mostrando, as oportunidades educacionais, segundo o curso mais elevado que frequentou, observando os bairros que residem tentamos caracterizar o nível do efeito vizinhança, e o efeito escola.

Tabela 13.1- Composição dos Bairros onde as oportunidades educacionais e o efeito escola são mais significativos.

- Tipo Superior

Áreas de Ponderação	Alfab. de adultos	Antigo primário	Antigo ginásio	Antigo clássico científica, etc.	Ensino fund. ou 1º grau	Ensino médio ou 2º grau	Superior - graduação	Mestrado ou doutorado	Nenhum	Total
Central	0	38	41	45	99	347	412	11	4	997
Marista	0	26	17	33	74	246	496	30	2	924
Oeste	0	31	29	33	52	266	708	43	2	1.164
Aeroporto	0	24	12	17	70	186	242	13	0	564
Setor Bela Vista/ Nova Suíça	0	23	13	23	72	367	856	40	2	1.396
Setor Bueno/Coimbra	1	57	37	32	128	343	467	25	0	1.090

Os espaços superiores são caracterizados por concentrarem fortemente a categoria de empregadores e dirigentes: empresários, dirigentes do setor privado, dirigentes do setor público, profissionais liberais, muito embora o conjunto da elite dirigente represente apenas ocupados que moram nestes espaços. O peso da elite dirigente está expresso pela densidade relativa alcançada; 5 a 7 vezes superior ao que tem no conjunto da estrutura social da região metropolitana. A elite intelectual tem também importante presença nos espaços superiores, tais como profissionais de nível superior, autônomos, profissionais de nível superior empregados, o que representa uma densidade relativa superior ao peso destas categorias na estrutura social da metrópole. Ao lado das elites dirigentes e intelectuais, os espaços superiores também são caracterizados pela presença dos pequenos empregadores, dos empregados de supervisão e dos técnicos e artistas. As elites, os pequenos empregadores e as frações superiores da classe média, conjuntamente, constituem os ocupados que moram nos espaços superiores.

Observa-se, contudo, traços de um espaço polarizado, pois as categorias populares que moram nos espaços superiores, como por exemplo os empregados

domésticos sua presença nesses espaços, vale dizer, decorre essencialmente de relações de trabalho e não de vizinhança, e compõem o proletariado terciário (empregado do comércio e prestadores de serviços). Em outros termos, estes moradores que ocupam espaços superiores são aqueles que atendem à demanda de serviços pessoais das elites e de parte da classe média.

Segundo a composição dos bairros, evidencia-se que 13,9% moram em um bairro tipo superior na Metrópole Goianiense

No espaço superior o nível de ativos mostra que há uma melhor formação superior assim como isso reflete na posse de bens na sociedade, como resultado dessa posição social. Conseqüente, esse conjunto de ativos (melhor qualificação, capital cultural diferenciado e as oportunidades educacionais) possibilita aos moradores dos espaços sociais mais nobres, vantagens competitivas em relação a aos moradores de áreas segregadas.

O acesso a bens públicos, capital físico e capital social causam impacto positivo proporcionando bem estar social, decorrentes de uma estrutura financeira sólida que, por consequência gera uma melhor qualidade de vida desses indivíduos.

#### - Tipo Médio Superior

Áreas de Ponderação	Alfabetização de adultos	Antigo primário	Antigo ginásio	Antigo clássico científica, etc.	Ensino fundamental ou 1º grau	Ensino médio ou 2º grau	Superior - graduação	Mestrado ou doutorado	Nenhum	Total
Leste Vila Nova/Bairro Feliz	0	58	34	33	246	379	282	9	3	1.044
Leste Universitário	0	58	11	11	175	267	272	19	2	815
Jardim Goiás	0	83	14	7	218	320	171	7	7	827
Pedro Ludovico	1	114	32	7	323	334	166	7	8	992
Jardim América	3	147	57	21	410	650	385	8	4	1.685
Parque das Laranjeiras	0	147	31	47	240	249	159	7	0	880

Os espaços médio-superiores têm composição social próxima à dos espaços superiores, porém com maior grau de mistura. Diminui o peso das elites dirigente e intelectual e dos pequenos empregadores e aumenta a presença das frações menos qualificadas dos empregados de escritório e dos empregados da segurança, justiça e correios e dos empregados da saúde e da educação. Aumenta a presença das categorias populares em razão do maior peso das frações operárias e dos empregados do comércio. Aqui evidenciam que 28,7% moram no bairro do tipo médio superior.

Observa-se que os ativos tais como oportunidades educacionais e trabalho proporcionam uma melhor qualidade de vida, aos indivíduos que estão inseridos na sociedade. A maioria gasta sua renda com estudos, ou seja os ativos são destinados para a qualificação dos indivíduos que constituem esse universo, ou seja, o perfil sócioeconômico desses indivíduos é formado por uma população ativa, e empregados, onde possuem sua residência própria e renda suficiente para adquirir os ativos necessários.

## - Tipo Médio

Áreas de Ponderação	Alfabetização de adultos	Antigo primário	Antigo ginásio	Antigo clássico científica, etc.	Ensino fundamental ou 1º grau	Ensino médio ou 2º grau	Superior - graduação	Mestrado ou doutorado	Nenhum	Total
Criméia Leste	0	132	39	10	272	375	112	2	1	943
Parque Amazônia	0	130	23	4	361	285	84	2	17	906
Sudoeste	0	94	31	30	212	439	189	1	3	999
Cidade Jardim	1	234	102	47	501	595	245	11	6	1.742
Campinas/Marechal Rondon	0	303	142	50	654	934	290	8	14	2.395
Urias Magalhães	0	126	47	7	314	337	102	4	1	938
Goiânia II/Conjunto Itatiaia	1	145	19	8	298	335	119	14	3	942
Setor Jaó/Santa Genoveva/Jd. Guanabara	0	245	45	15	538	506	246	15	21	1.631
Riviera/Park Lozandes	0	182	58	11	435	511	136	3	3	1.339
Vila Novo Horizonte	1	160	38	19	425	481	107	6	5	1.242

Nos espaços médios cai muito fortemente a presença das elites dirigente e intelectual, permanece inalterado o peso da classe média e aumenta o grau de mistura social pelo aumento do trabalhador terciário e do operariado. Os espaços médio-inferiores As categorias operárias e subproletárias atingem densidades relativas que significa dizer que podem estar sobre representados, destacando-se dentre elas, os operários da indústria moderna e os dos serviços auxiliares da economia. Por outro lado, há diminuição da classe média em relação ao tipo médio, Nos espaços médios fica caracterizado que 34,6% moram no bairro tipo medio

Nos espaços médios observa-se que as oportunidades educacionais e o acesso aos ativos se tornam mais difíceis, já que os indivíduos para estudar necessitam as vezes distanciar-se um pouco da sua moradia quando a escola do bairro não dá as oportunidades educacionais necessárias tanto quanto estruturação da mesma com professores qualificados, já que pelas condições oferecidas para esse profissional e

de péssima qualidade.

Ressalte-se que nos espaços médios o sacrifício do trabalhador assalariado em conseguir estudar, acessar aos ativos, além de escolher entre estudar e trabalhar, onde a necessidade do trabalho se torna mais necessário que a sua própria sobrevivência.

- Tipo Popular

Áreas de Ponderação	Alfabetização de adultos	Antigo primário	Antigo ginásio	Antigo clássico científica, etc.	Ensino fund. ou 1º grau	Ensino médio ou 2º grau	Superior - graduação	Mestrado ou doutorado	Nenhum	Total
Vila Pedroso	1	218	28	2	395	135	10	1	21	811
Parque Atheneu/Zona Rural	0	111	27	3	301	332	46	3	3	826
Baliza/Jardim Itaipu	0	162	40	1	375	121	5	0	13	717
São Domingos	0	205	15	1	516	59	3	0	6	805

Nos espaços populares cai a presença do operariado industrial e aumenta ainda mais a presença dos empregados domésticos e dos prestadores de serviço não-especializados. O subproletariado e o proletariado terciário moram nos espaços populares. Os espaços populares-periféricos diferenciam-se dos demais tipos populares principalmente pela elevada participação da categoria agrícola superior ao peso da categoria na estrutura social da metrópole. Também estão sobre representados os operários da construção civil, os biscateiros e os empregados domésticos. É o tipo com a menor participação das ocupações “medias”, nos tipos popular e bairros caracterizada 6,4% da população.

Nos espaços populares, como já citados, o processo das oportunidades educacionais se caracterizam por indivíduos que não adquiriram os ativos necessários para se inserir no mundo de trabalho, e a mão de obra é constituída por

um grande numero de prestadores de serviços não qualificados, empregadas domestica e biscateiros que residem nos espaços populares periféricos, ou seja, são áreas segregadas cujo acesso aos ativos necessários aos indivíduos que vivem em áreas periféricas são mínimas, as oportunidades educacionais e o efeito escola só acontecerão nessas regiões caso hajam investimentos em políticas públicas inclusivas, caso contrario as condições desses indivíduos tende a piorar e consequentemente, haverá aumento das áreas segregadas , e da reprodução das desigualdades sociais.

#### - Tipo Operário

Áreas de Ponderação	Alfabetização de adultos	Antigo primário	Antigo ginásio	Antigo clássico científica, etc.	Ensino fundamental ou 1º grau	Ensino médio ou 2º grau	Superior - graduação	Mestrado ou doutorado	Nenhum	Total
Aeroviário	0	133	59	9	239	202	51	2	2	697
Capuava/Cândida de Moraes	1	474	102	13	713	456	52	3	19	1833
Jardim Novo Mundo	1	244	86	16	479	366	69	1	6	1.268
Celina Park	0	147	34	14	339	289	57	1	2	883
Caravelas/Parque Santa Rita	1	123	20	6	339	183	13	1	3	689
Parque Ind. João Braz/Bom Jesus/Z. Rural	3	396	41	8	920	374	42	0	7	1.791
Conjuto Vera Cruz	0	164	44	13	323	288	35	1	1	869
Jd. Petrópolis/Gj. Santos Dumont	0	159	47	9	393	243	44	0	5	900
Jd.m Curitiba/Vila Mutirão	3	368	72	9	752	212	11	0	24	1.451
Vila Finsocial	0	367	111	11	818	254	20	0	26	1.607
Jd. Balneário Meia Ponte/Zona Rural	1	288	39	10	561	338	49	4	9	1.299

Nos espaços operários cai significativamente a densidade relativa da classe média, que passa a estar subrepresentada, com exceção dos empregados da segurança, justiça e correios. O operariado representa um pouco menos sendo que o trabalhador propriamente industrial (indústria moderna, indústria tradicional e serviços econômicos auxiliares) está presente nos espaços populares-operários

apresentando composição semelhante aos do tipo operário, mas com menor presença da classe média e aumento da presença dos operários da construção civil e dos empregados domésticos. Nos espaços tipo operário residem 16,5% da população na metrópole.

Os espaços operários são constituídos por uma parcela da população com renda per capita baixa, que destinam sua remuneração para satisfazer suas necessidades básicas. A reversão desta situação somente por de ações públicas, voltadas aos mais desprovidos. Em outros termos, a presença do estado, é indispensável para que o efeito escola se torna uma realidade os esses indivíduos dessas áreas possam desenvolver sua cidadania.

**Tabela 13.2 – Percentuais de composição dos bairros**

TIPOS DE BAIROS	SUPERIOR	MEDIO SUPERIOR	MEDIO	POPULAR	OPERARIO
%	13,9%	28,7%	34,6%	6,4%	16,5

Nesta tabela é evidenciada as porcentagens de indivíduos por bairros na metrópole goianiense.

### 3.3.3 – PRODUTO 1 (RELATÓRIO PRELIMINAR 2006:58)

Para definição dos tipos sócio-espaciais, utilizam-se os dados das Categorias Socioocupacionais de todas as AEDs do território metropolitano. O procedimento estatístico para construção da tipologia é a análise de correspondência binária, feito por meio do software STATlab, que também realiza a classificação hierárquica ascendente entre os tipos. Para o caso da Região Metropolitana de Goiânia foram realizadas duas “rodadas”, em cada uma foram extraídas aquelas áreas que formavam um tipo coerente internamente quando comparada com as demais (Produto 1, Relatório Preliminar, 2006:58).

Vários testes foram realizadas para se chegar a definição dos tipos sociais que representariam melhor a realidade do município de Goiânia. “Neste sentido, a tipologia da Região Metropolitana de Goiânia ficou assim definida, e nesta ordem decrescente: Superior, Médio Superior, Médio, Operário, Popular, Popular Agrícola e Agrícola (Produto 1, Relatório Preliminar, 2006:80).

Tabela 14 - Distribuição da população das AEDs, segundo a tipologia socioespacial

<b>Tipologia socioespacial</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Participação percentual</b>
Popular	3.187	6,4
Médio Superior	14.212	28,7
Médio	17.171	34,6
Operário	8.164	16,5
Superior	6.833	13,8
<b>Total</b>	<b>4.9567</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censo IBGE/2000 – Observatório das Metrôpoles. Dados organizados pelo autor.

Na tabela 14, foram analisados os entrevistados relacionando as condições socioespaciais no que tange à composição dos bairros, ou seja, sua tipologia e condições socioeconômicas, onde 34,6% moram no bairro tipo médio, 28,7% em um bairro do tipo médio superior; 16,5% em um bairro do tipo operário; 13,8% em um bairro do tipo superior e 6,4% em um bairro do tipo popular.

A classificação dos bairros seguiu a tipologia sugerida pelo relatório *Dimensões da Exclusão e da Inclusão*, elaborado pelo Instituto Observatório de Metrôpoles a partir da mesma base de dados, o censo 2000, para a região metropolitana do Rio de Janeiro. A tipologia criada pelo supracitado instituto divide o território nas categorias: Superior, Médio Superior, Médio, Operário Popular, Popular e Agrícola Popular.

Para chegar a esta classificação foi utilizada a metodologia de classificação socioespacial proposta por Bourdieu (1991) e alguns de seus seguidores. Assim, na tipologia Superior encontramos a preeminência de dirigentes, de intelectuais, de profissionais liberais e de empregadores. O espaço Médio Superior é classificado a partir da verificação da diminuição das elites dirigente e intelectual, bem como dos

pequenos empregadores, e da presença de empregados de segurança, empregados de escritório, da justiça e dos correios e de empregados da saúde e da educação. Nela aumenta o peso de frações operárias e do comércio também.

A presença do proletariado terciário é marca indelével do espaço Médio, que pode ser caracterizado pela forte mistura social e pela aguda ausência da elite intelectual e dirigente. Os tipos populares e populares operários possuem características similares, sendo compostos por forte presença de operários da construção civil e de empregados domésticos. A distinção entre as duas categorias é feita pela maior presença do proletariado industrial na categoria popular operário.

Por fim, o tipo Agrícola Popular é constituído pela elevada participação da categoria agrícola, escassa quando verificada no território urbano, jungida aos operários da construção civil, biscateiros e empregados domésticos (RIBEIRO, 2000, p. 22).

A partir disso é possível verificar o acesso desses tipos aos bens e serviços prestados pelo Estado à população e, enfim, caracterizar o efeito vizinhança sobre a escolaridade a partir dessa classificação das AEDs.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É preciso reconhecer a importância do capital social dentre as ofertas para se fazer escolhas, sendo uma das fontes deste capital passível de ser encontrada no bairro, principalmente nas redes sociais locais. Nesse sentido, a percepção subjetiva do indivíduo que faz a escolha sobre a estrutura de oportunidades é criticamente afetada pela informação disponível do bairro. Ribeiro e Kaztman (2008)

No bairro, as formas pelas quais os indivíduos se socializam nas redes sociais podem se diferenciar de acordo com as suas escolhas. O grau de reciprocidade nessas redes pode ser benéfico, mas também pode ser desvantajoso, pois, conforme visto no primeiro capítulo, a combinação da segregação residencial e o grau das desigualdades sociais, bem como o grau de heterogeneidade dos bairros, pode resultar em diferentes práticas para os indivíduos.

Nas áreas segregadas é possível observar que os laços sociais são poucos devido ao fraco grau da força, ou seja, o efeito vizinhança resulta em um desfecho diferente em relação às estratégias familiares. Se a informação foi absorvida pelo vizinho isso implica afirma que há o estabelecimento de uma forte relação entre ambos. Ribeiro (2008)

Observa-se que há diferentes estratégias postas em práticas em algumas famílias, como buscar escolas em outras áreas, matriculando o filho em outras escolas. Isso caracteriza uma fuga do lugar, responsável por um traço de diferenciação da vizinhança que causa um processo de segregação.

A segregação residencial fica evidente em relação às oportunidades educacionais quando se observa esse tipo de exclusão de algumas áreas em relação às outras, acarretando falta de coesão social. Assim, o processo de

exclusão e de estigmatização cria e preserva uma forte identidade de superioridade de um bairro em relação ao outro. Pode-se concluir, pois, com alto grau de segurança, que as condições em que os indivíduos estão inseridos por meio dos serviços prestados pelo Estado, ou pela ausência destes, influenciam determinantemente na possibilidade de permanência na escola. Desse modo, tem-se que as condições sociais dos indivíduos determinam sua permanência ou sua retirada do sistema educativo formal. Ribeiro (2008)

As regiões classificadas segundo a tipologia como tipo Superior são as que abrigam moradores que possuem entre 8 e 12 anos de estudos, ou seja, ensino médio completo e superior. Essa classificação foi de suma importância neste estudo, pois permitiu analisar o efeito vizinhança em áreas mais abastadas, formadas por empresários, intelectuais, profissionais liberais, empregadores etc., indivíduos que têm mais condições de cobrar do Estado os serviços. Por isso, observa-se que o Estado proporciona mais atenção às áreas superiores do que às periféricas, ou seja, aos tipos populares.

A redução dessa dimensão das desigualdades sociais deve ser o motor das políticas públicas, pela via das ações que desatrem o desempenho escolar das desigualdades dos contextos socioeconômicos de origem, construídas no âmbito da família, da escola e do bairro nos quais essas crianças e adolescentes são socializados. É preciso lutar, contra as desigualdades de origem que já definem a posição e a trajetória dos indivíduos na sociedade. (Ribeiro e Kaztman, 2008)

Essa classificação socioespacial foi importante na análise do efeito vizinhança na metrópole de Goiânia, já que foi possível mostrar que a relação das áreas segregadas e do efeito vizinhança caracteriza maneiras diferentes de oportunidades educacionais objetivas no sistema escolar na região metropolitana de Goiânia.

Esses mecanismos desiguais de estratégias para escolha do sistema de ensino são caracterizados pelo efeito vizinhança, que influencia a estrutura de oportunidades.

Ao longo deste texto identificamos aspectos que indicam uma diferenciação entre oportunidades educacionais, efeito escola e efeito vizinhança nos diferentes espaços sociais, nas escolas periféricas segregadas e nas áreas centrais, as chamadas centralidade, diferenças que vão além das desigualdades individuais entre os alunos ou de efeitos de vizinhança, observáveis nas áreas segregadas.

O tempo de permanência na escola é menor em unidades periféricas em relação aquelas localizadas nas áreas centrais, um dos grandes desafios é a questão de realizar políticas públicas para proporcionar as escolas condições operacionais em todos os locais da cidade, principalmente nas áreas segregadas, uma outra questão seria a de criar uma estrutura de incentivos para profissionais, estimular os professores para que eles trabalhem em áreas segregadas já que pelas condições dos mesmos sem recursos não há como querer desenvolver atividades de ensino nessas áreas.

As atitudes dos membros das diferentes classes sociais, pais ou crianças e, muito particularmente, as atitudes a respeito da escola, da cultura escolar e do futuro oferecido pelos estudos são, em grande parte, a expressão do sistema de valores implícitos ou explícitos que eles devem a sua posição social. Bourdieu (2007)

Aplicar regras universais relacionada a distribuição de recursos, alocação de profissionais e critérios de transferência, não manter intacto o quadro de desigualdades educacionais entre escolas de centro e das áreas segregadas.

A questão da escola em locais com alta concentração de pobres (áreas segregadas) precisa ter um tratamento diferenciado pela política educacional, capaz

de compensar as desigualdades apontadas acima: distorções na alocação de recursos, e efeitos relacionados as normas operacionais do sistema, precisam ser corrigidas em que pese as enormes dificuldades burocráticas e a resistência corporativa envolvida. Por outro lado os profissionais de educação devem ser estimulados , tanto do ponto de vista material , quanto simbólico. Sem o qual o processo educacional terá muitas dificuldades de avançar, de forma igualitária em nosso país se não houver uma política de valorização e de investimentos substanciais na estrutura física e operacional das escolas, assim sendo concretizará o ideal da educação.

## REFERÊNCIAS

- ARRAIS, T. A. *Geografia contemporânea de Goiás*. Goiânia: Editora Vieira, 2004.
- BOOTH, 1905. *Life and labour in London. First Series: Poverty*. Macmillan, Londres, 1902
- BOURDIEU, P. Efeitos de lugar. In: BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes. 1991.
- BOURDIEU, 1997. *Escritos de Educação* Ed. Vozes
- BOURDIEU, 1998. Espaço Social e Espaço Simbólico. IN *razoes praticas sobre a teoria da ação*, Papirus Editora Campinas
- BOURDIEU E PASSERON, 1982. *A reprodução*. Rio de Janeiro, Francisco Alves
- BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico-IBGE. *Censo de 2000*
- GOIÂNIA. *Radiografia Social e econômica de Goiânia e entorno*: Seplan/DPSE, 2004
- INSTITUTO DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL. *Favelas e invasão*. Goiânia: IPLAN, 1998.
- KAREBEL, J.; HALSEY, A. H. Education research: a review and an interpretation. In: KARABEL, J. (Ed). *Power and ideology in education*. New York: Oxford University Press, 1977.
- KATZMAN, R. (Coord.). *Activos y estructura de oportunidades*. Estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en el Uruguayi (Lufmuo/R. 180). Montevideo, programa de las naciones unidas para el desarrollo (Pnuo) y comisión económica para América Latina y El Caribe. Lepal, maxo, 1999.
- \_\_\_\_\_. Virtudes y limitaciones de los mapas censales de carencias críticas. *Revista da CEPAL*, n. 58, abril 1996. p. início-final.
- LIMA, J.J.F; MOYSÉS, A.. (Org.). **Como Andam Belém e Goiânia**. Letra Capital: Observatório das Metrôpoles (2ª Ed.). Rio de Janeiro, 2009.
- LEFEBVRE, H. *O direito a cidade*. Cidade: Centauro, 2001.
- MARICATO, E. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: editora, 1996.
- MARICATO, 2002. *A cidade do pensamento único, Desmanchando consensos*. Ed. Vozes
- MOYSÉS, Aristides. *Cidade segregada urbana e planejamento coordenado*. Goiânia: Ed. UCG, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Goiânia Metrôpole não planejada*. Ed. da UCG, 2004.
- OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES: NÚCLEO GOIÂNIA. Produto 1 – Relatório Preliminar - Análise da estruturação urbana da Região Metropolitana de Goiânia, 2000 - Goiânia: Observatório das Metrôpoles: núcleo Goiânia, 2006.

PARK, R. *Comunidades Humanas: A cidade e ecologia humana*. Glencoe, Ill: Free Press, 1952.

PARK, R.; BURGESS, E. *Introdução à Ciência da Sociologia*. Chicago: University of Chicago Press, 1921.

\_\_\_\_\_. *Introdução à Ciência da Sociologia*. Chicago: University of Chicago Press, 1925.

RIBEIRO, L. C. de Q. *Segregação residencial e políticas públicas: análise do espaço social da idade na gestão do territorial observatório*. Rio de Janeiro: editora, 2000.

RIBEIRO, 2008. Efeito Metropole e acesso as oportunidades educacionais . (IPPUR/URFJ)

RIBEIRO, Segregação e Segmentação Urbanas e mercado de trabalho: estudo a partir da metrópole do Rio de Janeiro, 2005

\_\_\_\_\_; KATZMAN, R. (Orgs.). *A cidade contra a escola?: segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina*. Rio de Janeiro: Letra Capital/FAPERJ; Montevideu: IPPES, 2008.

ROLNIK, R. *A cidade e a lei: legislação política urbana territorial na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel/FAPESP, 1997.

VERALDO, I. *O efeito vizinhança e o “efeito escola” na explicação do desempenho escolar dos estudantes de quarta série do ensino fundamental de Maringá e Sarandi*. Observatório das Metrôpoles – UEM, 2007.

TORRES, H, FERREIRA , M E GOMES , S. Educação e Segregação Social: Explorando o Efeito das Relações de Vizinhança, In: Marques E. e Torres, H. G (orgs). São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade sociais . São Paulo: Editora SENAC, no prelo.

MORAES, SERGIO. O empreendedor imobiliário e o Estado: O processo de Expansão de Goiânia em Direção Sul (1975-1985). Dissertação ( Mestrado em Urbanismo) Universidade de Brasília, Brasília 1991.